

Jornal Oficial

da União Europeia

C 167



Edição em língua
portuguesa

Comunicações e Informações

54.º ano

7 de Junho de 2011

Número de informação

Índice

Página

IV *Informações*

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

Parlamento Europeu

2011/C 167/01

Relatório sobre a gestão orçamental e financeira — Exercício de 2010 1

PT

Preço:
3 EUR

IV

(Informações)

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

PARLAMENTO EUROPEU

RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA

SECÇÃO I: PARLAMENTO EUROPEU

EXERCÍCIO DE 2010

(2011/C 167/01)

ÍNDICE

	<i>Página</i>
INTRODUÇÃO	3
I. GESTÃO FINANCEIRA EM GERAL	3
A. Receitas	4
B. Orçamento inicial e orçamentos rectificativos	4
C. Autorizações e pagamentos	5
D. Dotações transitadas de 2010 para 2011	5
E. Dotações transitadas de 2009 para 2010	5
F. Dotações de receitas afectadas	6
G. Anulações	6
H. Transferências	7
H.1. <i>Transferências a partir de dotações provisionais</i>	9
H.2. <i>Transferências de outras origens</i>	10
II. GESTÃO FINANCEIRA POR CAPÍTULO	11
I. Capítulo 1 0, «Membros da Instituição»	14
J. Capítulo 1 2, «Funcionários e agentes temporários»	14
K. Capítulo 1 4, «Outro pessoal e prestações externas»	15
L. Capítulo 1 6, «Outras despesas relativas a pessoas ligadas à Instituição»	16
M. Capítulo 2 0, «Imóveis e despesas acessórias»	17
N. Capítulo 2 1, «Informática, equipamento e mobiliário»	17
O. Capítulo 2 3, «Despesas de funcionamento administrativo corrente»	18
P. Capítulo 3 0, «Reuniões e conferências»	18

	<i>Página</i>
Q. Capítulo 3 2, «Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão»	19
R. Capítulo 4 0, «Despesas específicas de certos órgãos e instituições»	20
S. Capítulo 4 2, «Despesas relativas à assistência parlamentar»	21
T. Título 10, «Outras despesas»	21
III. OBJECTIVOS E RESULTADOS EM 2010	21
A. Fazer face a uma função legislativa reforçada pelo Tratado de Lisboa	21
A.1. <i>Políticas internas da União</i>	21
A.2. <i>Políticas externas da União</i>	22
B. Melhorar os serviços aos Membros	23
B.1. <i>Apoio legislativo</i>	23
B.2. <i>Estatutos dos Deputados e dos Assistentes</i>	23
B.3. <i>Igualdade de acesso dos Membros às facilidades linguísticas</i>	23
B.4. <i>Tecnologias da informação e da comunicação</i>	24
C. Política de comunicação	25
D. Política imobiliária	26
E. Política ambiental	26
F. Modernização e reestruturação do Secretariado	26
ANEXOS	29
Anexo 1 – Resumo das transferências C	29
Anexo 2 – Resumo das transferências P	35
Anexo 3 – Implementação das dotações	36

INTRODUÇÃO

1. O presente relatório analisa a gestão orçamental e financeira do Parlamento Europeu durante o exercício de 2010. Descreve a forma como os recursos financeiros foram utilizados e os acontecimentos que tiveram influência significativa sobre as actividades durante o exercício (nas partes I e II) e apresenta uma panorâmica do grau de realização dos objectivos fixados para o exercício de 2010 (na parte III).
2. O relatório foi elaborado nos termos do artigo 122.º do Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho, de 25 de Junho de 2002, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias ⁽¹⁾ (seguidamente designado «Regulamento Financeiro»), do artigo 185.º do Regulamento (CE, Euratom) n.º 2342/2002 da Comissão, de 23 de Dezembro de 2002, que estabelece as normas de execução do Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias ⁽²⁾ (seguidamente designado «Normas de Execução») e do n.º 2 do artigo 13.º das Disposições Internas para a execução do orçamento do Parlamento Europeu ⁽³⁾. A análise baseia-se nas contas provisórias estabelecidas pelo tesoureiro.

I. GESTÃO FINANCEIRA EM GERAL

3. As dotações finais do Parlamento totalizaram 1 616 760 399 EUR, o que representa 19,99 % das despesas administrativas totais da UE, constantes da rubrica V do quadro financeiro ⁽⁴⁾. O Quadro 1 seguinte oferece uma panorâmica da execução do orçamento do Parlamento Europeu no exercício de 2010.

Quadro 1

Utilização das dotações de 2010

Tipo de dotações	Dotações de 2010 (EUR ou %)
Dotações de 2010	
Dotações iniciais	1 607 363 235
Orçamento rectificativo	9 397 164
Dotações finais	1 616 760 399
Dotações finais de 2010	
Autorizações	1 552 290 272
<i>em % das dotações finais</i>	96 %
Pagamentos	1 321 261 642
<i>em % das autorizações</i>	85 %
Dotações transitadas de 2010 para 2011	
Transições automáticas para 2011 (*)	231 028 630
<i>em % das dotações finais</i>	14 %
<i>em % das autorizações</i>	15 %
Transições não-automáticas (dotações não autorizadas transitadas para 2011) (**)	9 240 000
<i>em % das dotações finais</i>	0,6 %
Anulações	
Dotações anuladas	55 230 127
<i>em % das dotações finais</i>	3,4 %

⁽¹⁾ JO L 248 de 16.9.2002, p. 1.

⁽²⁾ JO L 357 de 31.12.2002, p. 1

⁽³⁾ PE 349.540/BUR/ANN/FIN.

⁽⁴⁾ Acordo Interinstitucional entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (JO C 139 de 14.6.2006, p. 1).

Tipo de dotações	Dotações de 2010 (EUR ou %)
Dotações transitadas de 2009 para 2010	
Transições automáticas para 2010 (*)	180 265 823
Pagamentos por conta destas transições	156 561 474
<i>em % das transições</i>	87 %
Dotações anuladas	23 704 349
Transições não-automáticas para 2010 (**)	10 100 000
Pagamentos por conta destas transições	8 383 750
<i>em % das transições</i>	83 %
Dotações relativas a receitas afectadas em 2010	
Dotações relativas a receitas afectadas em 2010	110 298 523
Autorizações	13 916 325
<i>em % das dotações relativas a receitas afectadas</i>	13 %
Pagamentos	10 247 794
<i>em % das dotações relativas a receitas afectadas</i>	74 %
Dotações disponíveis relativas a receitas afectadas em 2010	96 382 198
Dotações relativas a receitas afectadas transitadas para 2011	
Dotações relativas a receitas afectadas transitadas para 2011	110 017 852
Dotações relativas a receitas afectadas transitadas para 2010	
Dotações relativas a receitas afectadas transitadas para 2010	20 637 870
Autorizações	15 646 888
Pagamentos	10 100 531
<i>em % das autorizações</i>	65 %

Nota:

(*) N.ºs 1 e 4 do artigo 9.º do Regulamento Financeiro;

(**) N.ºs 1, 2, alínea a), e 5 do artigo 9.º do Regulamento Financeiro.

A. Receitas

4. As receitas inscritas nas contas em 31 de Dezembro de 2010 totalizavam 243 094 204 EUR e incluíam 110 298 523 EUR de receitas afectadas.

B. Orçamento inicial e orçamentos rectificativos

5. As dotações autorizadas no orçamento inicial do Parlamento para 2010 ascendiam a 1 607 363 235 EUR, o que corresponde a um aumento de 5 % relativamente ao orçamento de 2009 (1 529 970 930 EUR).
6. Em 19 de Maio de 2010, foi adoptado o orçamento rectificativo 1/2010, no montante de 9 397 164 EUR, destinado a financiar despesas adicionais directamente resultantes da entrada em vigor do Tratado que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia. O orçamento rectificativo aumentou o pessoal em 150 elementos. Um total de 75 lugares temporários reforçou a assistência aos grupos políticos, 70 lugares foram atribuídos aos secretariados das comissões e 5 lugares foram destinados à Direcção das Relações com os Parlamentos Nacionais. Foram reforçados dois números orçamentais, a saber: o número 1 2 0 0, «Remuneração e subsídios», e o número 4 2 2 0/01, «Assistência parlamentar: assistentes locais». As dotações para assistência pessoal aos Membros aumentaram – o subsídio de secretariado foi aumentado em 1 500 EUR por mês por Membro, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2010.

C. Autorizações e pagamentos

7. As autorizações totalizaram 1 552 290 272 EUR, o que corresponde a 96 % das dotações finais (2009: 93 %). Os pagamentos totalizaram 1 321 261 642 EUR, o que corresponde a 85 % das autorizações inscritas (2009: 87 %).

D. Dotações transitadas de 2010 para 2011

8. As dotações transitadas automaticamente para o exercício de 2011 totalizaram 231 028 630 EUR, o que corresponde a 15 % das dotações autorizadas (2009: 13 %). As dotações não autorizadas no fim do exercício e transitadas para o exercício de 2011 (dotações de transição não-automática) totalizaram 9 240 000 EUR – o que corresponde a 0,6 % das dotações finais (2009: 0,7 %) – e foram utilizadas conforme indicado no *Quadro 2*.

Quadro 2

Finalidade das dotações de transição não-automática para o exercício de 2011

Rubrica	Finalidade	Montante
2 0 0 3, «Aquisição de bens imóveis»	Casa da Europa em Sófia – projecto de aquisição	9 240 000
	Total	9 240 000

E. Dotações transitadas de 2009 para 2010

9. O total de transições automáticas para 2010 foi de 180 265 823 EUR. Os pagamentos por conta destas transições cifraram-se em 156 561 474 EUR (87 %, contra 92 % em 2009). O montante anulado foi, pois, de 23 704 349 EUR. A maior parte das anulações incidiu nos artigos 1 4 0, «Outros agentes e pessoal externo», 2 0 0, «Imóveis», 2 0 2, «Despesas relativas aos imóveis» e 3 2 4, «Produção e difusão». Os montantes anulados e as principais razões que conduziram à anulação são apresentados no *Quadro 3*.

Quadro 3

Principais razões que conduziram à anulação de transições automáticas de 2009 para 2010

Artigo	Anulação	Principais razões que conduziram à anulação
Artigo 1 4 0, «Outros agentes e pessoal externo»	5 034 074	Número 1 4 0 2/01, «Intérpretes de conferência: intérpretes e técnicos de conferência» - o recurso a intérpretes de conferência ficou aquém das previsões (4,9 milhões de EUR)
Artigo 2 0 0, «Imóveis»	7 315 381	Número 2 0 0 5, «Construção de imóveis» – atrasos dos fornecedores obrigaram ao adiamento das obras para 2011 (0,8 milhões de EUR); número 2 0 0 7/02, «Arranjo das instalações: Estrasburgo» – pareceres jurídicos sobre a reparação do tecto do hemiciclo de Estrasburgo reduziram as dotações necessárias (4,5 milhões de EUR)
Artigo 2 0 2, «Outras despesas relativas aos imóveis»	2 640 289	Número 2 0 1 4, «Consumo de energia» – não se encontravam disponíveis no final do exercício algumas facturas relativas ao consumo de energia nos três locais de trabalho e nos gabinetes de informação (1 milhão de euros) Número 2 0 2 2, «Limpeza e manutenção» – sobrestimativa das operações de manutenção da estrutura e dos trabalhos de acabamento em Estrasburgo (0,2 milhões de EUR) e atraso no contrato de assistência à gestão no Luxemburgo (0,3 milhões de EUR) Número 2 0 2 6, «Segurança e vigilância dos imóveis» – o consumo foi inferior ao inicialmente estimado (0,8 milhões de EUR)
Artigo 3 2 4, «Produção e difusão»	3 373 200	Número 3 2 4 3, «Centro de Visitantes» – problemas graves com a segurança dos tectos falsos atrasaram o projecto (1 milhão de euros) Número 3 2 4 0, «Jornal Oficial» – o impacto do Tratado de Lisboa na publicação no Jornal Oficial foi mais lento do que o previsto (0,9 milhões de EUR)

10. As transições não-automáticas para 2010 ao abrigo do artigo 9.º [n.º 2, alínea a)] totalizaram 10 100 000 e diziam respeito ao número 2 0 0 3, «Aquisição de bens imóveis» (9 100 000 EUR), e ao número 2 0 0 8, «Outras despesas relativas aos imóveis» (1 000 000 EUR).

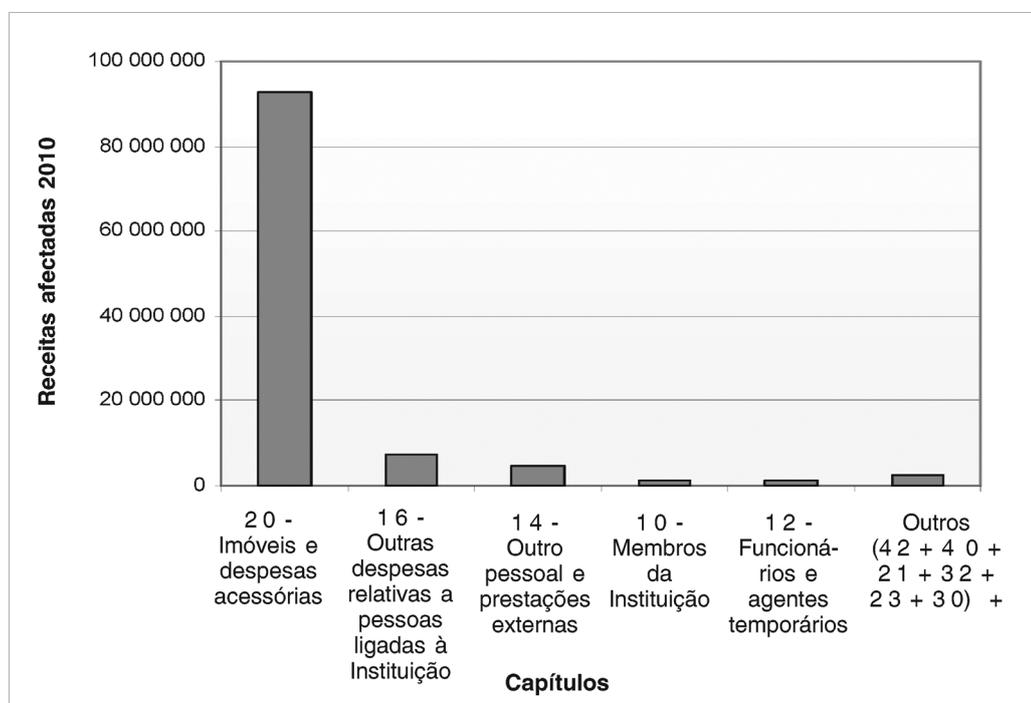
11. Todas as dotações transitadas foram autorizadas antes de 31 de Março de 2010, em conformidade com o Regulamento Financeiro. Destinavam-se à aquisição do edifício Millenáris, em Budapeste, para aí instalar a Casa da Europa e a cobrir outras despesas ligadas à sua aquisição. No que respeita aos pagamentos correspondentes às autorizações, a executar antes de 31 de Dezembro de 2010, foram pagos 92 % relativamente ao número 2 0 0 3. A principal razão desta taxa de utilização consiste no facto de o preço de aquisição final ter sido inferior ao previsto. A taxa de utilização no número 2 0 0 8 foi de 0 %, porquanto a aquisição do edifício não acarretou outras despesas.

F. Dotações relativas a receitas afectadas

12. As receitas afectadas disponíveis em 2010 totalizaram 110 298 523 EUR (2009: 27 576 932 EUR). A taxa de autorizações foi de 13 % (2009: 44 %). Os pagamentos totalizaram 10 247 794 EUR, o que corresponde a 74 % das autorizações inscritas (2009: 74 %). Transitou para o exercício de 2011 um saldo de 110 017 852 EUR (2009: 20 637 870 EUR). A origem das dotações relativas a receitas afectadas é analisada no gráfico seguinte.

Gráfico 1

Dotações relativas a receitas afectadas em 2010 por capítulo



13. O facto de, em 2010, a maior parte destas dotações provir do capítulo 20 resulta do pagamento efectuado pelo Estado belga. Com efeito, em 27 de Janeiro de 2010, o Estado belga reembolsou o montante de 85 987 000 EUR no contexto da assunção do custo do terreno de implantação dos edifícios D4 e D5 e dos custos do projecto da laje sobre a estação do Luxemburgo em Bruxelas. Nos termos do Regulamento Financeiro, este montante foi inscrito nas contas como «receita afectada» e apenas pode ser utilizado para financiar projectos imobiliários (princípio da especificação). O montante em causa poderia ter sido utilizado em 2010, mas pode igualmente, se necessário, transitar para os exercícios seguintes. Pode, nomeadamente, ser utilizado para melhorar as condições logísticas e de trabalho dos Membros, ao financiar um segundo gabinete para assistentes. Parte do montante poderia igualmente ser utilizada, se necessário, para a aquisição de edifícios que ainda são arrendados.
14. As receitas afectadas transitadas para 2010 totalizaram 20 637 870 EUR (2009: 36 808 922 EUR). As autorizações inscritas totalizaram 15 646 888 EUR (2009: 36 024 461 EUR). Os pagamentos em 2010 representaram 65 % das autorizações inscritas (2009: 94 %).

G. Anulações

15. Foram anuladas dotações num total de 55 230 127 EUR (102 241 198 EUR em 2009), o que corresponde a 3,4 % das dotações finais (2009: 7 %). Os principais motivos dessas anulações são enunciados no quadro seguinte.

Quadro 4

Principais razões que conduziram à anulação de dotações em 2010

Artigo	Montante anulado (EUR)	Principais razões que conduziram à anulação
1 2 0	8 424 177	Número 1 2 0 0 – verificou-se uma diferença entre a adaptação das remunerações em 2,2 % prevista na fase de planeamento e a adaptação efectiva das remunerações em 0,1 % em 2010 (8,3 milhões de EUR, 1,6 % das dotações finais).
4 2 2	7 355 159	Número 4 2 2 0/01 – «Assistência parlamentar: assistentes locais» – a decisão relativa a um aumento do subsídio parlamentar (1 500 EUR por Membro e por mês) foi tomada em meados de 2010. Além disso, as consequentes obrigações processuais para alterar as medidas de aplicação do Estatuto dos Deputados fizeram com que as dotações adicionais disponibilizadas por intermédio do orçamento rectificativo apenas pudessem ser utilizadas no final de 2010, época em que teve início o recrutamento de assistentes (6,3 milhões de EUR).
3 2 4	4 929 458	Número 3 2 4 0, «Jornal Oficial» – o impacto do Tratado de Lisboa nas publicações no Jornal Oficial foi mais lento do que o previsto (1,2 milhões de EUR) Número 3 2 4 0/01, «Organização e recepção de grupos de visitantes, programa Euroscola e convites a multiplicadores de opinião de países terceiros: custos de recepção e subvenções a grupos de visitantes» – dificuldade em estabelecer antecipadamente um número preciso de visitantes (1,4 milhões de EUR)
2 0 0	4 322 661	Número 2 0 0 7, «Arranjo das instalações» – poupanças e impossibilidade de realizar alguns projectos de arranjo de instalações previstos para 2010 (2,6 milhões de EUR) Número 2 0 0 8, «Outras despesas relativas aos imóveis» – a derrocada do tecto do hemiciclo de Estrasburgo, em 2008, ocasionou alterações nos programas de trabalho de 2009 e 2010 (1,5 milhões de EUR)
1 0 0	4 299 369	Número 1 0 0 5, «Outras despesas de viagem» – a introdução de novas regras relativas ao reembolso das despesas de viagem no Estatuto dos Deputados dificultou uma previsão rigorosa das despesas (2 milhões de EUR) Número 1 0 0 6, «Subsídio de despesas gerais» – principalmente a não indexação do subsídio mensal, contrariamente ao estimado na fase de planeamento (1,2 milhões de EUR)
1 4 0	3 869 980	Número 1 4 0 0, «Outro pessoal» – uma marcada redução em baixa da taxa de adaptação anual das remunerações e a necessária flexibilidade de algumas despesas (pessoal da creche, remuneração dos agentes contratuais), cujos montantes apenas foram conhecidos mesmo no final do ano (3 milhões de EUR)
2 0 2	3 788 303	Número 2 0 2 2, «Limpeza e manutenção» – sobretudo a sobrestimativa das operações de manutenção (1,6 milhões de EUR) Número 2 0 2 4, «Consumo de energia» – preços inferiores aos previstos na fase de preparação do orçamento, economias de energia e vantagens resultantes do concurso interinstitucional para o fornecimento de energia eléctrica (1,2 milhões de EUR)

H. Transferências

16. Durante o último exercício, foram aprovadas 13 transferências C, nos termos dos artigos 24.º e 43.º do Regulamento Financeiro ⁽¹⁾. Incidiram num total de 84 274 488 EUR, o que corresponde a 5,2 % das dotações finais (2009: 18 transferências, correspondentes a 4 % das dotações finais). O Presidente autorizou ainda 6 transferências P, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento Financeiro ⁽²⁾, num total de 4 009 571 EUR, ou seja, 0,2 % das dotações finais (2009: 9 transferências, correspondentes a 2 % das dotações finais). Os quadros seguintes apresentam as transferências discriminadas por base jurídica e por finalidade.

17. No total, em 2010, foram realizadas 19 transferências C e P, num montante global de 88 284 059 EUR, ou seja, 5,5 % das dotações finais (2009: 27 transferências, por um total de 100 518 607 EUR, ou seja, 7 % das dotações finais).

⁽¹⁾ Artigo 24.º – decisão da autoridade orçamental; artigo 43.º – Decisão da autoridade orçamental para a transferência de dotações provisionais.

⁽²⁾ Decisão da instituição para transferência de dotações no interior de um artigo.

Quadro 5

Transferências por base jurídica

Número de transferências	Montante transferido (EUR)	Em % das dotações finais
<i>Transferências C (artigos 24.º e 43.º)</i>		
13 transferências C	84 274 488	5,21 %
<i>Transferências P (n.º 1 do artigo 22.º)</i>		
6 transferências P	4 009 571	0,25 %
Transferências C + P	88 284 059	5,46 %

Quadro 6

Análise das transferências C por rubrica orçamental beneficiária

(EUR)

Rubrica orçamental beneficiária	Transferência	Montante transferido
1 0 0 0 «Subsídios»	C12	1 950 000
1 0 3 2 «Pensões de sobrevivência»	C9	150 000
1 2 0 0 «Remuneração e subsídios»	C6	6 200 000
	C12	10 600 000
1 4 0 0 «Outros agentes»	C1	750 000
	C5	3 600 000
1 4 2 «Prestações externas»	C4	1 175 200
2 0 0 3 «Aquisição de bens imóveis»	C10	19 101 688
	C13	9 240 000
2 0 0 8 «Outras despesas relativas aos imóveis»	C2	2 340 000
2 1 0 0 «Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação»	C7	2 000 000
	C11	7 596 000
	C14	10 923 000
2 1 0 2 «Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação»	C7	4 000 000
	C11	282 000
2 1 2 «Mobiliário»	C2	749 600
3 0 4 9 «Despesas relativas aos serviços da agência de viagens»	C8	190 000
3 2 4 2 «Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas»	C2	3 427 000
Total		84 274 488

Quadro 7

Análise das transferências C por categoria de despesa e finalidade

Categoria de despesa beneficiária da transferência	Finalidade	Montante transferido (EUR)	%
Política imobiliária	Aquisição do edifício REMARD em Bruxelas	19 101 688	23 %
	Projecto de aquisição para uma Casa da Europa em Sófia	9 240 000	11 %
	Desbloqueio de dotações provisionais na sequência da apresentação de relatório sobre custos fixos e variáveis	3 089 600	4 %
Total da política imobiliária		31 431 288	37 %

Categoria de despesa beneficiária da transferência	Finalidade	Montante transferido (EUR)	%
TI	4 projectos de TI relativos a equipamento de votação electrónica, migração do correio electrónico, conservação de vídeos e capacidade dos centros de dados	10 923 000	13 %
	Extensão da cobertura WIFI nos edifícios do PE em Bruxelas e Estrasburgo	7 878 000	9 %
	Desbloqueio de dotações provisionais para tecnologias da informação e da comunicação	6 000 000	7 %
Total das TI		24 801 000	29 %
Pessoal	Novo contrato em vigor com a agência de viagens BCD desde 1 de Janeiro de 2010	190 000	0,2 %
	Provisão para pagar os retroactivos do aumento das remunerações no seguimento do acórdão do Tribunal de Justiça	12 550 000	15 %
	Recrutamento de agentes contratuais de reforço	3 600 000	4 %
	Recrutamento de agentes contratuais croatas	750 000	1 %
	Reforço de rubrica orçamental devido a uma taxa de vagas inferior e aos graus superiores de funcionários transferidos de outras instituições	6 200 000	7 %
Total do pessoal		23 290 000	28 %
Política de comunicação	Desbloqueio de dotações provisionais na sequência da apresentação de relatório sobre custos fixos e variáveis	3 427 000	4 %
Total da política de comunicação		3 427 000	4 %
Multilinguismo	Desbloqueio de dotações provisionais na sequência da apresentação de relatório sobre a partilha de recursos de tradução interna	1 175 200	1 %
Total do multilinguismo		1 175 200	1 %
Membros	Despesa adicional relativa à pensão de sobrevivência dos Membros	150 000	0,2 %
Total dos Membros		150 000	0,2 %
Total geral		84 274 488	100 %

H.1. Transferências a partir de dotações provisionais

18. Esta secção trata da utilização das dotações dos capítulos 10 0, «Dotações provisionais», 10 1, «Reserva para imprevistos», 10 3, «Reserva para o alargamento», 10 5, «Dotação provisional para os edifícios», e 10 6, «Reserva para novos projectos prioritários em fase de desenvolvimento». Estes capítulos, agrupados no título 10, «Outras despesas», serão subsequentemente referidos como «dotações provisionais». O título 10, «Outras despesas», foi a principal origem das dotações transferidas em 2010 (50 %, ou seja, 42 241 800 EUR).
19. Desse montante, 14 089 600 EUR foram transferidos para a política imobiliária, 13 000 000 EUR foram transferidos para as TI, 10 550 000 EUR foram transferidos para o pessoal e 4 602 200 EUR foram transferidos para outras finalidades. A finalidade das transferências a partir de dotações provisionais é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 8

Finalidade das transferências a partir de dotações provisionais

(EUR)

Rubrica orçamental tributária	Rubrica orçamental beneficiária	Transferência	Finalidade	Montante transferido
Capítulo 10 0	2 0 0 8	C2	Desbloqueio de dotações provisionais na sequência da apresentação de relatório sobre custos fixos e variáveis	2 340 000
	2 1 2 0			749 600

(EUR)

Rubrica orçamental tributária	Rubrica orçamental beneficiária	Transferência	Finalidade	Montante transferido
Capítulo 10 5	2 0 0 3	C10	Aquisição do edifício REMARD em Bruxelas	11 000 000
Total da política imobiliária				14 089 600
Capítulo 10 0	2 1 0 0	C7	Desbloqueio de dotações provisionais para tecnologias da informação e da comunicação	2 000 000
	2 1 0 2			4 000 000
	2 1 0 0	C11	Extensão da cobertura WIFI nos edifícios do PE em Bruxelas e Estrasburgo	2 000 000
Capítulo 10 6	2 1 0 0			5 000 000
Total das TI				13 000 000
Capítulo 10 1	1 2 0 0	C6	Reforço de rubrica orçamental devido a uma taxa de vagas inferior e aos graus superiores de funcionários transferidos de outras instituições	6 200 000
	1 4 0 0	C5	Recrutamento de agentes contratuais de reforço	3 600 000
Capítulo 10 3	1 4 0 0	C1	Recrutamento de agentes contratuais croatas	750 000
Total do pessoal				10 550 000
Capítulo 10 0	3 2 4 2/01	C2	Desbloqueio de dotações provisionais na sequência da apresentação de relatório sobre custos fixos e variáveis	3 427 000
Total da política de comunicação				3 427 000
Capítulo 10 0	1 4 2 0	C4	Desbloqueio de dotações provisionais na sequência da apresentação de relatório sobre a partilha de recursos de tradução interna	1 175 200
Total do multilinguismo				1 175 200
Total geral				42 241 800

H.2. Transferências de outras origens

20. Esta secção trata das transferências efectuadas a partir de outras origens que não o título 10, «Outras despesas». Foi transferido de outros títulos um total de 42 032 688 EUR. A política imobiliária absorveu a maior parte destas transferências (41 %), seguindo-se as rubricas dedicadas ao pessoal (30 %) e às TI (28 %). O Quadro 9 apresenta uma panorâmica destas transferências.

21. O Quadro 10 apresenta uma panorâmica das transferências P.

Quadro 9

Finalidade das transferências C de origens diferentes das dotações provisionais

(EUR)

Rubrica orçamental beneficiária	Transferência	Finalidade	Montante transferido
1 0 0 0	C12	Provisão para pagar os retroactivos do aumento das remunerações no seguimento do acórdão do Tribunal de Justiça	1 950 000
1 0 3 2	C9	Despesa adicional relativa à pensão de sobrevivência dos Membros	150 000
1 2 0 0	C12	Provisão para pagar os retroactivos do aumento das remunerações no seguimento do acórdão do Tribunal de Justiça	10 600 000

(EUR)

Rubrica orçamental beneficiária	Transferência	Finalidade	Montante transferido
2 0 0 3	C10	Aquisição do edifício REMARD em Bruxelas	17 341 688
	C13	Projecto de aquisição para uma Casa da Europa em Sófia	
2 1 0 0	C11	Extensão da cobertura WIFI nos edifícios do PE em Bruxelas e Estrasburgo	11 519 000
	C14	4 projectos de TI relativos a equipamento de votação electrónica, migração do correio electrónico, conservação de vídeos e capacidade dos centros de dados	
2 1 0 2	C11	Extensão da cobertura WIFI nos edifícios do PE em Bruxelas e Estrasburgo	282 000
3 0 4 9	C8	Novo contrato em vigor com a agência de viagens BCD desde 1 de Janeiro de 2010	190 000
Total			42 032 688

Quadro 10

Finalidade das transferências P

(EUR)

Rubrica orçamental beneficiária	Transferência	Finalidade	Montante transferido
2 0 0 5 «Construção de imóveis»	P2	Trabalhos de perfuração para o sistema de energia geotérmica e terraplenagem para o edifício KAD	2 000 000
3 0 4 7 «Despesas diversas de organização da Assembleia Parlamentar Eurolat»	P4	Organização de reuniões da Mesa e das comissões da Eurolat no Equador	25 000
3 2 4 3 «Centro de Visitantes»	P7	Centro de Visitantes	1 000 000
3 2 4 5 «Organização de colóquios, seminários e acções culturais: subsídios para a organização de simpósios e seminários nacionais e plurinacionais para os multiplicadores de opinião dos Estados-Membros; custos de organização de simpósios e seminários parlamentares»	P6	Organização da Ágora dos Cidadãos «Crise e formas de pobreza»	354 571
4 2 2 2, «Diferenças cambiais»	P3 e P5	Diferenças cambiais associadas ao reembolso das despesas de assistência parlamentar	630 000
Total			4 009 571

II. GESTÃO FINANCEIRA POR CAPÍTULO

22. Esta secção trata da utilização das dotações por capítulo do orçamento, da fracção do orçamento que representam e das mudanças na utilização das dotações em relação ao exercício anterior. Na análise comparativa da gestão financeira do Parlamento em 2010 e no exercício anterior, devem ser tidas em conta as seguintes circunstâncias:

- 2009 foi um ano de eleições em que foram desenvolvidas substancialmente menos actividades políticas do que em 2010, facto que teve uma influência directa nas dotações inscritas no capítulo 1 0 («Membros da Instituição»), no capítulo 1 4 («Outro pessoal e prestações externas»), no capítulo 3 0 («Reuniões e conferências») e no capítulo 4 0 («Despesas específicas de certos órgãos e instituições»).

- O Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu entrou em vigor em 14 de Julho de 2009, a par das novas regras em matéria de assistência parlamentar aos Membros, adoptadas de acordo com o Estatuto dos Membros. O Estatuto dos Deputados introduziu novas regras em matéria de subsídios, reembolso das despesas de deslocação (mudança de um sistema de montante fixo para um sistema de custos reais) e despesas de doença, e um novo regime de pensões. No que respeita ao subsídio de assistência parlamentar, as regras foram também consideravelmente alteradas com a introdução do estatuto de assistente parlamentar acreditado no Estatuto dos Funcionários e de novas disposições aplicáveis aos assistentes locais e aos prestadores de serviços. Um conjunto de alterações às medidas de aplicação dos estatutos dos deputados e dos assistentes proposto pelo **grupo temporário de avaliação** da aplicação dos estatutos dos deputados e dos assistentes entrou em vigor em 2010. Todas estas alterações tiveram impacto no capítulo 1 0 («Membros da Instituição») e no capítulo 4 2 («Despesas relativas à assistência parlamentar»).
- Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de Dezembro de 2009, os poderes do Parlamento foram consideravelmente alargados. Para responder aos novos desafios, em 2010 o Parlamento alargou o apoio prestado aos Membros, o que aumentou as necessidades orçamentais do capítulo 1 2 («Funcionários e agentes temporários») e do capítulo 4 2 («Despesas relativas à assistência parlamentar»).
23. Os motivos que precedem influenciaram consideravelmente as dotações do orçamento de 2010, comparativamente com o exercício de 2009.
24. Quatro capítulos absorveram 70 % das dotações totais, a saber, o Capítulo 1 0, «Membros da Instituição», o capítulo 1 2, «Funcionários e agentes temporários», o capítulo 2 0 «Imóveis e despesas acessórias», e o capítulo 4 2, «Despesas relativas à assistência parlamentar». O quadro seguinte apresenta as dotações autorizadas em 2010 discriminadas por capítulo, comparativamente com as autorizadas em 2009. Os gráficos seguintes apresentam uma representação gráfica das alterações.

Quadro 11

Dotações autorizadas em 2010 comparadas com as autorizadas em 2009

Capítulo	Rubrica	2010 (EUR)	2009 (EUR)	Varição (EUR)	Varição (%)
1 0	Membros da Instituição	207 680 220	167 952 342	39 727 878	24 %
1 2	Funcionários e agentes temporários	532 628 082	502 188 864	30 439 218	6 %
1 4	Outro pessoal e prestações externas	106 585 463	90 934 827	15 650 636	17 %
1 6	Outras despesas relativas a pessoas ligadas à Instituição	13 339 919	14 019 742	- 679 823	- 5 %
Título 1 «Pessoas ligadas à Instituição»		860 233 684	775 095 774	85 137 909	11 %
2 0	Imóveis e despesas acessórias	186 396 513	182 901 221	3 495 292	2 %
2 1	Informática, equipamento e mobiliário	137 467 641	106 080 064	31 387 578	30 %
2 3	Despesas de funcionamento administrativo corrente	10 373 435	10 778 699	- 405 264	- 4 %
Título 2 «Imóveis, mobiliário, equipamento e despesas diversas de funcionamento»		334 237 589	299 759 983	34 477 606	12 %
3 0	Reuniões e conferências	30 180 428	26 242 041	3 938 387	15 %
3 2	Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão	97 821 408	93 647 680	4 173 728	4 %
Título 3 «Despesas resultantes de funções gerais executadas pela instituição»		128 001 836	119 889 721	8 112 116	7 %
4 0	Despesas específicas de certos órgãos e instituições	76 088 322	69 215 824	6 872 498	10 %

Capítulo	Rubrica	2010 (EUR)	2009 (EUR)	Variação (EUR)	Variação (%)
4 2	Despesas relativas à assistência parlamentar	153 418 841	153 358 430	60 411	0,04 %
4 4	Reuniões e outras actividades dos deputados e antigos deputados	310 000	310 000	0	0 %
Título 4 «Despesas resultantes de funções específicas executadas pela instituição»		229 817 163	222 884 254	6 932 909	3 %
Título 10 «Outras despesas»		0	0	0	—
Total		1 552 290 272	1 417 629 732	134 660 540	9 %

Gráfico 2

Discriminação das despesas de 2010 por capítulo

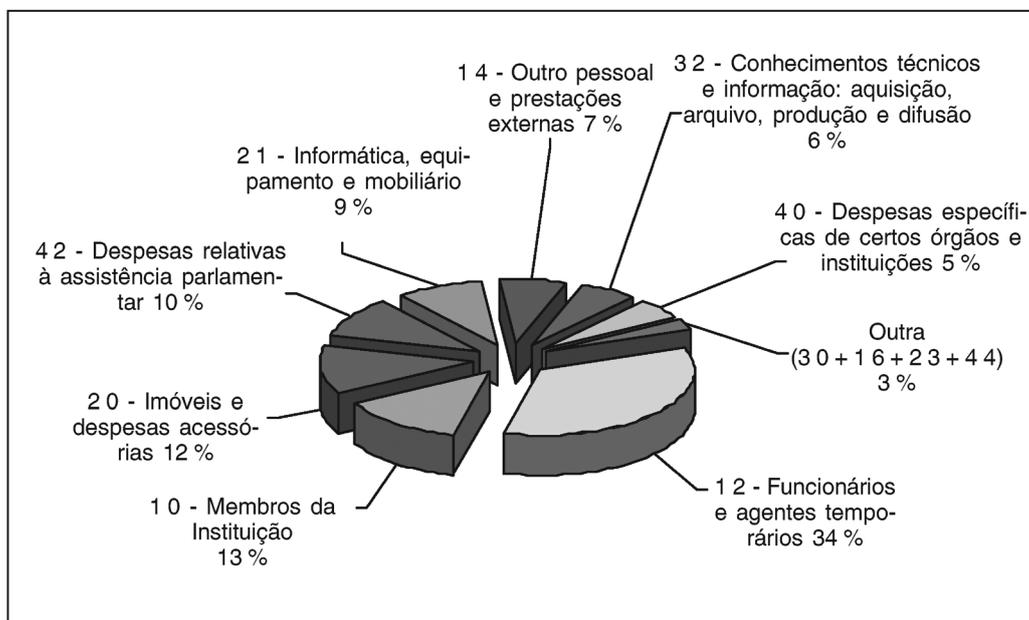
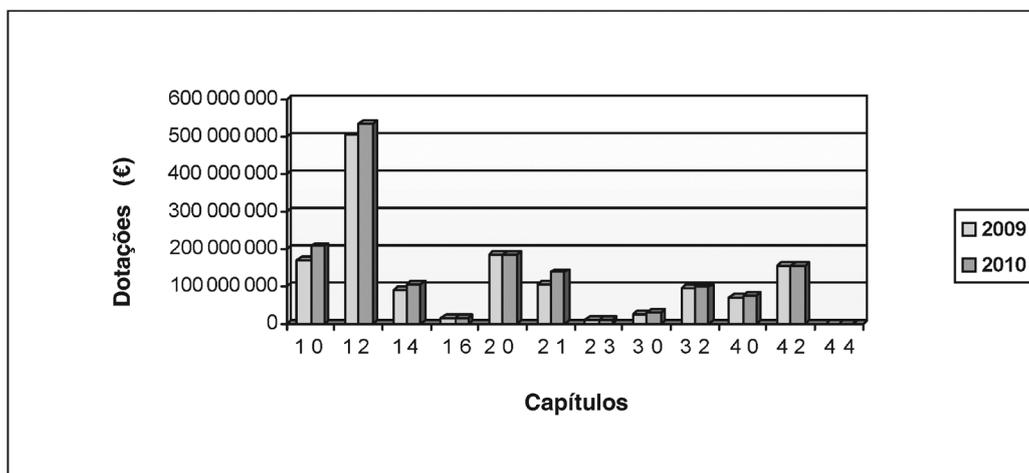


Gráfico 3

Evolução das dotações autorizadas entre 2009 e 2010, por capítulo



I. Capítulo 10, «Membros da Instituição»

25. Este capítulo respondeu por 13 % da despesa total do exercício de 2010, o que representa um aumento de 24 % em relação a 2009. Este aumento pode ser explicado por um aumento de 121 % da despesa do número 1 0 0 0, «Subsídios», e de 16 % da despesa do número 1 0 0 4, «Despesas ordinárias de viagem», que foi compensado pelo número 1 0 0 6, «Subsídio de despesas gerais», cuja despesa diminuiu 13 %, e pelo número 1 0 3 3, «Regime voluntário de pensão dos membros», cuja despesa diminuiu 99 %.
26. Estas mudanças foram devidas à entrada em vigor do novo Estatuto dos Deputados em 2009. O exercício de 2010 foi o primeiro em que o Estatuto dos Deputados foi integralmente aplicado. As primeiras estimativas do orçamento de 2010 foram efectuadas no início de 2009, ou seja, antes da entrada em vigor do Estatuto dos Deputados. Mesmo no final de 2009, após os primeiros meses de aplicação do Estatuto dos Deputados, a avaliação das necessidades financeiras tinha de ser efectuada com algum grau de insegurança, uma vez que 2009 foi um ano atípico, com mais de 50 % dos deputados eleitos pela primeira vez, com regras novas para os deputados e para a administração, e com as peculiaridades de um período pós-eleitoral.
27. Nestas circunstâncias, as autorizações do número 1 0 0 0, «Subsídios», ascenderam a 67 712 999 EUR (33 % das autorizações do capítulo 10), enquanto 75 133 000 EUR foram autorizados ao abrigo do número 1 0 0 4, «Despesas ordinárias de viagem», o que corresponde a 36 % das autorizações do capítulo 10. Este último número cobre as despesas de viagem e de estadia incorridas com viagens cujo destino ou proveniência sejam os locais de trabalho, bem como com outras missões.
28. Em 2010, os deputados realizaram um total de 17 058 deslocações para participar em períodos de sessões em Estrasburgo, 30 216 deslocações para participar em reuniões de comissões e 2 536 deslocações para participar em reuniões de grupos políticos em Bruxelas⁽¹⁾. As deslocações fora dos locais de trabalho habituais do Parlamento cifraram-se em 866 deslocações para reuniões de comissões, 1 399 deslocações para reuniões de grupos políticos e 1 842 deslocações para participar em reuniões de delegações parlamentares.
29. As autorizações do número 1 0 0 6, «Subsídio de despesas gerais», ascenderam a 36 966 241 EUR (18 % das autorizações do capítulo 10). Este montante cobriu custos resultantes das actividades parlamentares dos deputados. O subsídio mensal é de 4 223 EUR.

J. Capítulo 12, «Funcionários e agentes temporários»

30. A proporção deste capítulo nas despesas de 2010 foi de 34 % – a maior fracção das despesas totais. A despesa aumentou 6 % em relação ao exercício anterior devido a um aumento do artigo 1 2 0, resultante de despesas mais elevadas no número 1 2 0 0, «Remuneração e subsídios», o que se reflectiu no orçamento rectificativo (+ 4 565 164 EUR) e nas transferências subsequentes à decisão do Tribunal de Justiça sobre a adaptação das remunerações de 2009.
31. O número 1 2 0 0 teve de ser reforçado em 6,2 milhões de EUR (transferência C6), devido a uma taxa efectiva de vagas inferior à prevista (na fase de planeamento, foi prevista uma redução linear da taxa fixa demasiado elevada) e ao facto de o orçamento de 2010 não ter tido suficientemente em conta o crescente número de transferências de funcionários de outras instituições da União que vêm ocupar novos lugares e lugares vagos. Com efeito, estas transferências incidiram, principalmente, em pessoal qualificado, que veio para o Parlamento com graus superiores aos graus de base, AST1 e AD5, previstos na avaliação das dotações necessárias para os novos lugares. Além disso, a transferência C12 aumentou as dotações do número em 10,6 milhões de EUR. Esta transferência teve por objectivo assegurar verbas suficientes para permitir o pagamento dos retroactivos da adaptação das remunerações de 2009⁽²⁾ e 2010.

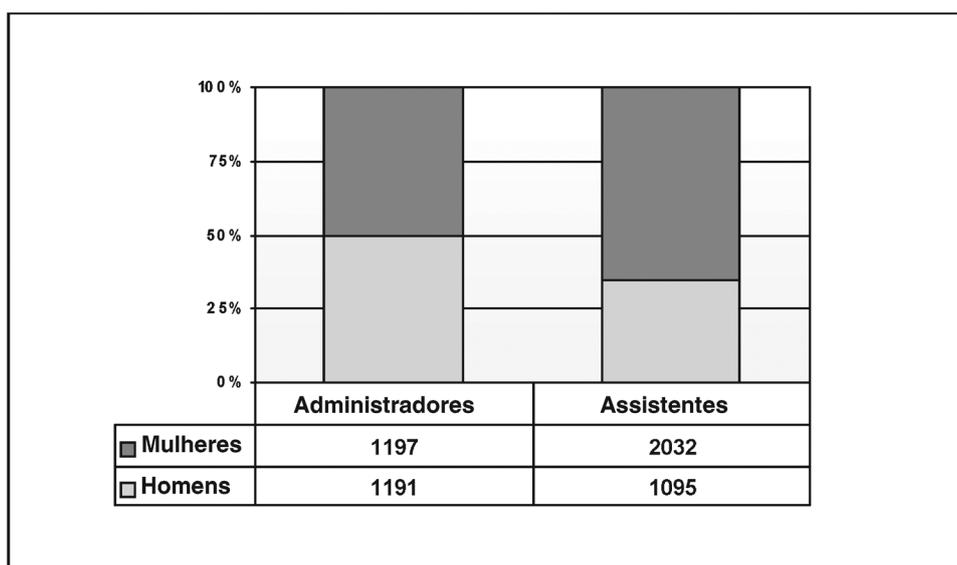
⁽¹⁾ Importa notar que uma viagem é atribuída a uma «reunião do grupo político» mesmo quando o deputado pode ter participado numa reunião de comissão depois dessa reunião e vice-versa.

⁽²⁾ Em Dezembro de 2009, na sua decisão anual sobre a adaptação das remunerações em conformidade com os artigos 64.º e 65.º e o anexo XI do Estatuto dos Funcionários, o Conselho decidiu aumentar as remunerações em apenas 1,85 % a partir de 1 de Julho de 2009, apesar de a Comissão ter proposto um aumento de 3,7 %, calculado de acordo com o «método» previsto no anexo XI do Estatuto dos Funcionários. Na sequência da decisão do Conselho, a Comissão recorreu para o Tribunal de Justiça da União Europeia, onde o processo correu sob o número C-40/10, Comissão contra Conselho, relativo à adaptação anual das remunerações de 2009. Dado que o acórdão do Tribunal, proferido em 24 de Novembro de 2010, anulou o Regulamento n.º 1296/2009 do Conselho, o Conselho adoptou um novo regulamento no final de Dezembro de 2010. Em consequência, a parte do aumento das remunerações que fora inicialmente rejeitada (1,85 %) teve de ser paga com retroactivos respeitantes ao período compreendido entre Julho de 2009 e Dezembro de 2010.

32. No Capítulo 1 2, o número 1 2 0 0, «Remuneração e subsídios», respondeu por 99 % da despesa, com dotações no montante de 525 864 796 EUR.
33. Em 2010, foram recrutados 301 funcionários e agentes temporários para o Secretariado-Geral, 149 agentes temporários para os grupos políticos e 425 agentes temporários como assistentes parlamentares acreditados. Em 31 de Dezembro de 2010, o Parlamento empregava 5 515 funcionários e agentes temporários, dos quais 4 951 trabalhavam para o Secretariado-Geral e 564 para os grupos políticos.
34. Relativamente à repartição por género, em 31 de Dezembro de 2010, 25 % dos chefes de unidade, 28 % dos directores e 33 % dos directores-gerais eram mulheres. O gráfico seguinte apresenta a repartição do pessoal por género e por grupo de funções.

Gráfico 4.

Pessoal do Secretariado-Geral por género



Fonte: DG do PESSOAL.

K. Capítulo 1 4, «Outro pessoal e prestações externas»

35. Em 2010, este capítulo absorveu 7 % das despesas. O aumento de 17 % registado em 2009 foi devido a um aumento de 27 % das despesas do número 1 4 0 2, «Intérpretes de Conferência», e de 20 % das do artigo 1 4 2, «Prestações externas». 52 % das dotações deste capítulo estão inscritas no número 1 4 0 2 e 24 % no número 1 4 0 0, «Outros agentes».
36. As dotações do número 1 4 0 2, «Intérpretes de conferência», totalizaram 54 990 000 EUR e cobriram, no âmbito da cooperação institucional, nomeadamente, os honorários, as contribuições para a segurança social, as despesas de deslocação dos auxiliares intérpretes de conferência convocados pelo Parlamento para reuniões organizadas pelo Parlamento ou por outras instituições e cuja interpretação não possa ser assegurada por intérpretes do Parlamento (funcionários e agentes temporários).
37. Em 2010, os intérpretes e os auxiliares intérpretes de conferência do Parlamento asseguraram 109 256 dias de interpretação, tendo prestado serviço ao Parlamento e a outras instituições⁽¹⁾ a que os serviços do Parlamento asseguram a interpretação (aumento de 16 % em relação a 2009, que foi ano de eleições). Os intérpretes do Parlamento asseguraram 51 977 dias de interpretação (mais 21 % do que em 2009) e os auxiliares intérpretes de conferência asseguraram 57 279 dias de interpretação (mais 12 % do que em 2009).
38. As autorizações inscritas no número 1 4 0 0, «Outros agentes», totalizaram 25 212 376 EUR. Este número cobre principalmente a remuneração, incluindo abonos e subsídios, de outro pessoal, nomeadamente agentes contratuais e locais e conselheiros especiais, a quota-parte patronal para os diversos regimes de segurança social e a incidência dos coeficientes correctores aplicáveis à remuneração desse

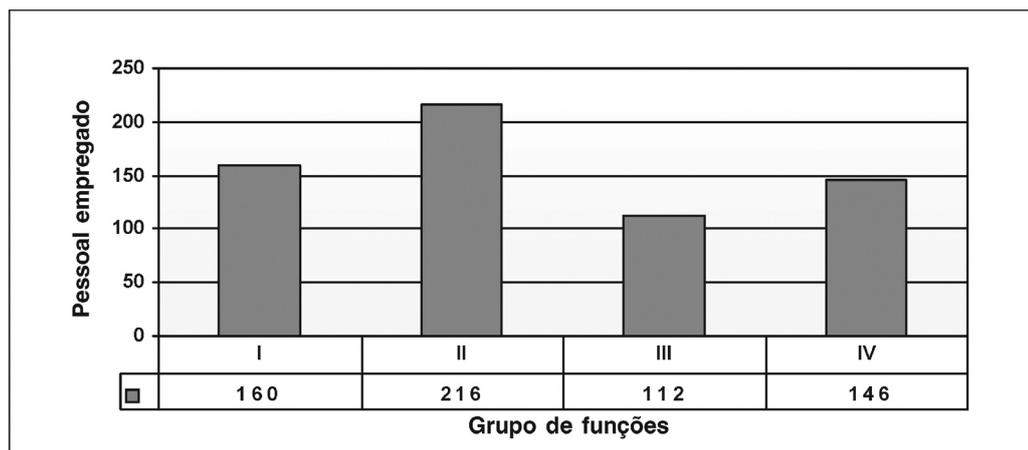
⁽¹⁾ Tribunal de Contas, Provedor de Justiça, Centro de Tradução, reuniões da Comissão no Luxemburgo e, parcialmente, Comité das Regiões.

peçoal, bem como o recurso a peçoal temporário. Em 31 de Dezembro de 2010, o Parlamento empregava 634 agentes contratuais. No decurso do exercício, foram transferidas dotações adicionais para este número com o objectivo de financiar o recrutamento de agentes contratuais croatas para preparar a adesão da Croácia à UE.

39. O Gráfico 5 apresenta a repartição do peçoal contratual por grupo de funções.

Gráfico 5

Pessoal contratual por grupo de funções



L. Capítulo 16, «Outras despesas relativas a pessoas ligadas à Instituição»

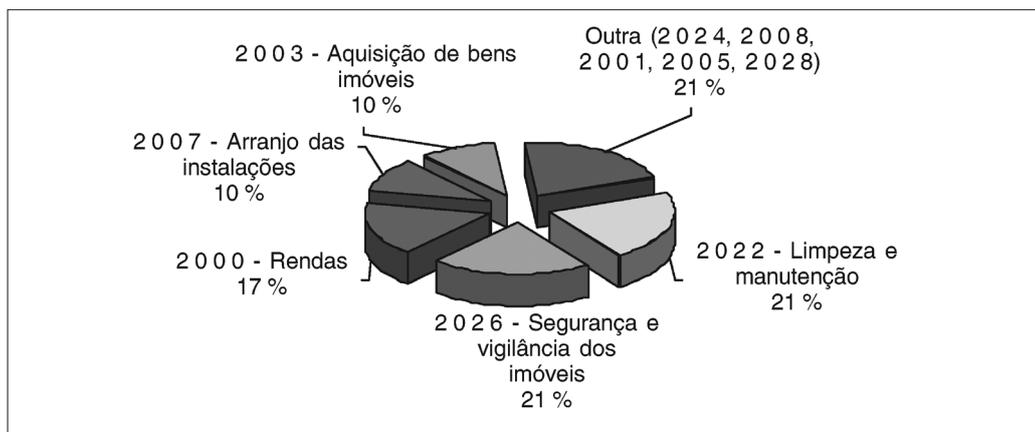
40. Em 2010, este capítulo absorveu 1 % das despesas. As dotações autorizadas deste capítulo diminuíram 5 % em relação a 2009, devido à ausência de despesas no número 1 6 1 3, «Aperfeiçoamento profissional: despesas de deslocação em serviço». Este número foi suprimido da nomenclatura orçamental de 2010, tendo as correspondentes dotações sido transferidas para o artigo 3 0 0, «Despesas de deslocações em serviço do peçoal».
41. Das autorizações deste capítulo, 39 % estão inscritas no número 1 6 5 4, «Centro da primeira infância e creches convencionadas», 28 % no número 1 6 1 2, «Aperfeiçoamento profissional», e 17 % no número 1 6 5 2, «Despesas de funcionamento corrente dos restaurantes e cantinas».
42. O subnúmero 1 6 5 4/01, «Centro da primeira infância e creches convencionadas: gestão externa da creche e da sala familiar do Parlamento em Bruxelas e despesas conexas» respondeu pela maior parte das despesas do número 1 6 5 4. As autorizações deste número totalizaram 5 163 866 EUR e destinaram-se a cobrir a contribuição do Parlamento para os custos gerais do Centro da Primeira Infância e das creches externas com as quais foi celebrado um acordo.
43. As autorizações do número 1 6 1 2, «Aperfeiçoamento profissional», ascenderam a 3 680 850 EUR e destinaram-se a cobrir as despesas com formação para melhorar as competências e o desempenho do peçoal e a eficiência da instituição. Em 2010, 7 504 pessoas frequentaram cursos de línguas no interior da Instituição e 392 pessoas participaram em cursos de línguas fora do local de trabalho. Além disso, 733 pessoas participaram em cursos de TI e 998 em cursos de formação financeira. Houve ainda 85 participantes em cursos organizados pela Escola de Administração Europeia. No que respeita à formação não linguística, 6 853 pessoas participaram em cursos de formação internos e 198 em cursos no exterior.
44. As autorizações do número 1 6 5 2, «Despesas de funcionamento corrente dos restaurantes e cantinas», totalizaram 2 313 000 EUR e destinaram-se a cobrir os custos de funcionamento dos restaurantes e das cantinas. Os restaurantes e cantinas serviram cerca de 1 339 000 clientes, enquanto o supermercado serviu cerca de 161 000 clientes.

M. Capítulo 20, «Imóveis e despesas acessórias»

45. As dotações deste capítulo corresponderam a 12 % das dotações de 2010, tendo registado um aumento de 2 % em relação a 2009. O aumento da despesa dos números 2 0 0 3, «Aquisição de bens imóveis» ⁽¹⁾, 2 0 2 2, «Limpeza e manutenção», e 2 0 0 0, «Rendas», foram compensadas pela diminuição da despesa dos números 2 0 0 7, «Arranjo das instalações» e 2 0 0 1, «Foros enfitêuticos». Em 2010, foram inscritas no número 2 0 0 1 86 milhões de EUR de dotações relativas a receitas afectadas (ver parte I do relatório sobre as dotações relativas a receitas afectadas).
46. O gráfico seguinte apresenta a repartição das dotações do Capítulo 20 por tipo de despesa.

Gráfico 6

Discriminação da despesa do capítulo 20



47. As autorizações inscritas no número 2 0 2 2, «Limpeza e manutenção» (21 % do total do capítulo) cifraram-se em 39 351 882 EUR e destinaram-se a cobrir o custo, com base nos contratos vigentes, da manutenção das instalações, elevadores, sistemas de aquecimento e de ar condicionado e portas corta-fogo, bem como de trabalhos de pintura e reparação, etc.
48. As autorizações inscritas no número 2 0 2 6, «Segurança e vigilância dos imóveis» (21 % do capítulo), cifraram-se em 38 917 198 EUR e destinaram-se a cobrir, essencialmente, os custos da guarda e da vigilância dos edifícios ocupados pelo Parlamento nos três locais de trabalho habituais e nos gabinetes de informação. No final de 2010, trabalhavam nas instalações do Parlamento 1 023 ⁽²⁾ agentes de segurança.

N. Capítulo 21, «Informática, equipamento e mobiliário»

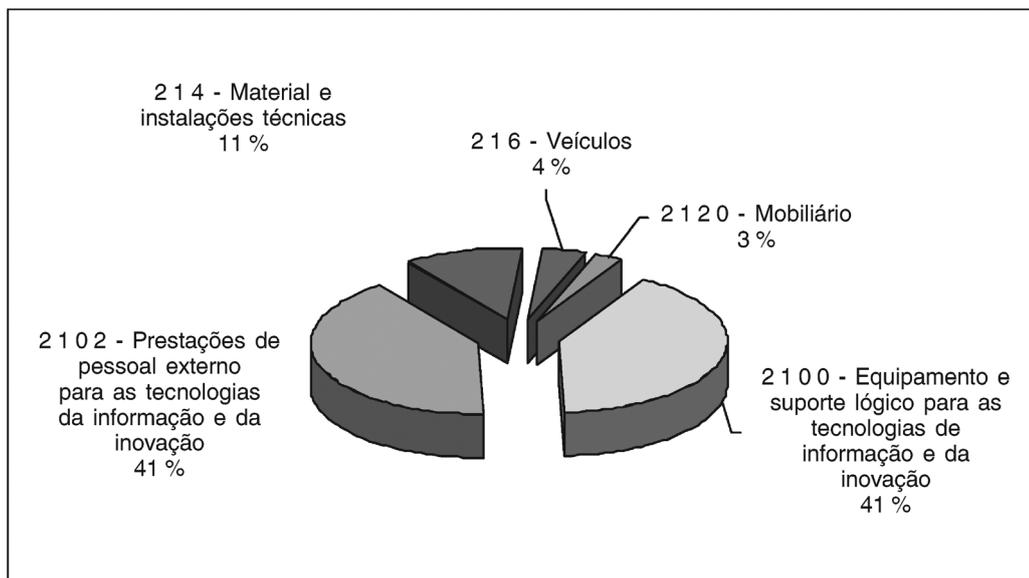
49. Este capítulo absorveu 9 % das despesas em 2010. A despesa do capítulo 21 aumentou 30 % em relação a 2009, devido, nomeadamente, ao aumento da despesa do artigo 2 1 0, «Prestações informáticas e de telecomunicações». A despesa deste número aumentou 34 % devido a três transferências C (7, 11 e 14), totalizando cerca de 24 milhões de EUR. As dotações do artigo 2 1 0 representam 82 % das dotações do capítulo 21. A maior parte das dotações deste capítulo distribui-se por dois números: 2 1 0 0, «Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação», (41 %) e 2 1 0 2, «Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação» (também 41 %). O gráfico seguinte apresenta a repartição da despesa do capítulo 21.
50. O aumento de 30 % reflectido nas transferências supramencionadas é devido à introdução de uma estratégia a médio prazo para as TIC adoptada pela Mesa, nomeadamente, ao sistema de gestão dos conhecimentos e a projectos de TI muito significativos incluídos nestes programas. Também o alargamento das redes sem fios e do centro de dados em Bruxelas teve uma forte incidência no orçamento (para mais informações, consultar a parte III do relatório).

⁽¹⁾ Não foram autorizadas dotações em 2009.

⁽²⁾ Número estimado com base nos contratos de prestação de serviços com obrigação de resultado, mas não de efectivos.

Gráfico 7

Discriminação da despesa do capítulo 21



51. As dotações do número 2100, «Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação», cifraram-se em 56 626 299 EUR e cobriram as despesas relativas à compra, locação e manutenção do equipamento e suporte lógico para a instituição e os trabalhos conexos. Este equipamento e este suporte lógico dizem respeito, nomeadamente, aos sistemas do centro de informática e de telecomunicações, à informática ao nível dos diferentes serviços e dos grupos políticos, bem como à votação electrónica.
52. As dotações de autorização do número 2102, «Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação», ascenderam a 55 814 490 EUR e destinaram-se, principalmente, a cobrir o custo da assistência prestada por empresas de serviços e de consultoria informática para a exploração do centro de informática e da rede, a produção e manutenção de aplicações, a assistência aos utilizadores, nomeadamente aos deputados e aos grupos políticos, a realização de estudos, a redacção e a introdução de documentação técnica.
53. No período em apreço, a capacidade informática e a capacidade de processamento aumentaram 28 %. Em Dezembro de 2009, a capacidade da memória totalizava 1 803 021 gigabytes (Gb), contra 2 314 240 Gb no final de 2010. No que se refere à capacidade de processamento, a capacidade dos sistemas centrais de TI do Parlamento para processar um determinado volume de dados num determinado espaço de tempo foi mantida ao nível do ano anterior. Além disso, para garantir a segurança dos sistemas de informação, o número de correcções testadas e integradas na rede, nos servidores, no suporte lógico e nas estações de trabalho diminuiu 46 % (1 886 no final de 2009, contra 1 019 no final de 2010), graças a uma maior estabilidade do sistema de TI.

O. Capítulo 23, «Despesas de funcionamento administrativo corrente»

54. Este capítulo absorveu 1 % da despesa de 2010. A diminuição de 4 % deste capítulo em relação a 2009 foi devida, principalmente, a um decréscimo de 21 % da despesa do artigo 232, «Despesas de contencioso e danos».
55. A despesa deste artigo repartiu-se do seguinte modo: 55 % no artigo 235, «Telecomunicações», 19 % no artigo 230, «Papelaria, material de escritório e consumíveis diversos», e 10 % no artigo 232, «Despesas de contencioso e danos».

P. Capítulo 30, «Reuniões e conferências»

56. As dotações deste capítulo responderam por 2 % da despesa de 2010, tendo registado um aumento de 15 % em relação a 2009. Este aumento reflectiu o aumento no artigo 300, «Despesas de deslocações em serviço do pessoal». Em 2010, o Parlamento retomou gradualmente a sua actividade normal, após as eleições de 2009.

57. Em 2010, realizaram-se 33 200 deslocações em serviço, representando um total de 98 629 dias. A maior parte das deslocações ocorreu entre os três locais de trabalho habituais do Parlamento (Bruxelas: 5 391 deslocações; Estrasburgo: 20 125; Luxemburgo: 2 477).

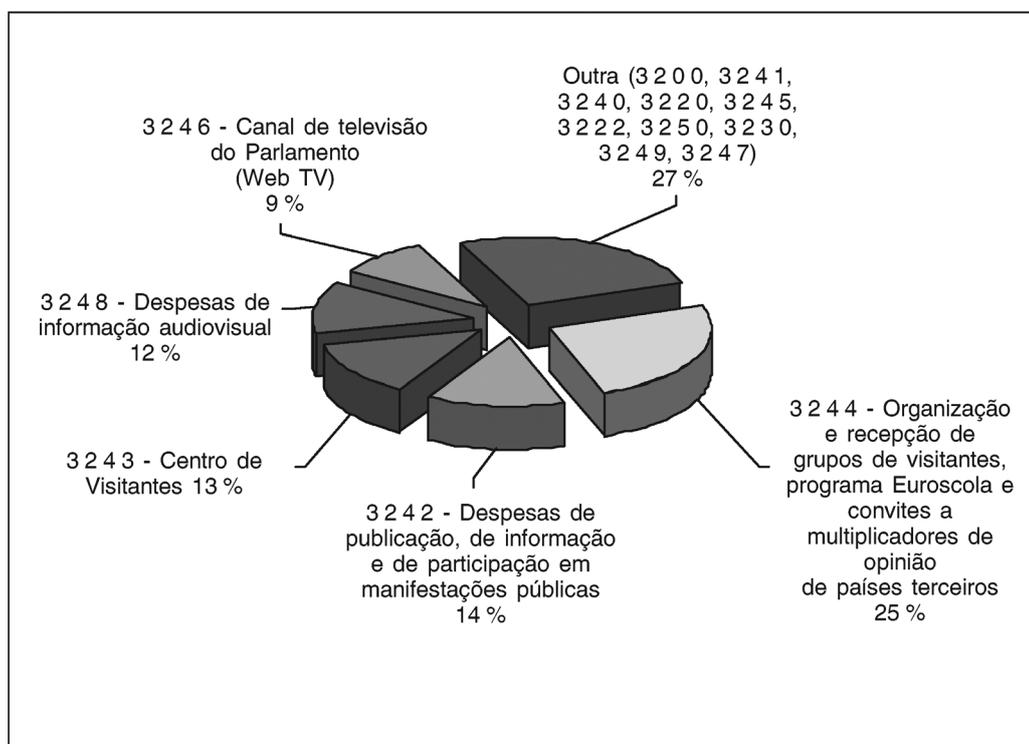
Q. Capítulo 3 2, «Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão»

58. As dotações deste capítulo absorveram 6 % da despesa de 2010, tendo aumentado 4 % em relação ao ano anterior. 25 % das dotações do capítulo foram utilizadas no número 3 2 4 4, «Organização e recepção de grupos de visitantes, programa Euroscola e convites a multiplicadores de opinião de países terceiros», 14 % no número 3 2 4 2, «Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas», 13 % no número 3 2 4 3, «Centro de Visitantes» e 12 % no número 3 2 4 8, «Despesas de informação audiovisual».

59. O gráfico seguinte apresenta a repartição da despesa do capítulo.

Gráfico 8.

Discriminação da despesa do capítulo 3 2



60. As autorizações do número 3 2 4 4, «Organização e recepção de grupos de visitantes, programa Euroscola e convites a multiplicadores de opinião de países terceiros», totalizaram 24 534 587 EUR e cobriram as subvenções concedidas a grupos de visitantes, assim como as despesas de enquadramento e com infra-estruturas conexas, as despesas de funcionamento do programa Euroscola e o financiamento de bolsas de estágios para multiplicadores de opinião de países terceiros.

61. As autorizações do número 3 2 4 2, «Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas», ascenderam a 13 633 133 EUR e cobriram, nomeadamente, as despesas com publicações de informação, incluindo electrónicas, actividades de informação, relações públicas, participação em manifestações públicas e em exposições e feiras nos Estados-Membros e nos países candidatos à adesão, bem como a actualização do Observatório Legislativo (OEIL).

62. As dotações do número 3 2 4 3, «Centro de Visitantes», aumentaram significativamente (+ 227 %) em relação a 2009 e cifraram-se em 12 725 985 EUR. A evolução da despesa é conforme à planificação deste projecto extremamente complexo. Para mais informações, consultar a parte III do relatório.

63. As autorizações do número 3 2 4 8, «Despesas de informação audiovisual», totalizaram 12 137 103 EUR e cobriram despesas relacionadas com:

- o orçamento de funcionamento do sector audiovisual (prestação em régie e assistência externa, nomeadamente os serviços técnicos nas estações de rádio e televisão, realização, produção e co-produção de programas audiovisuais, aluguer de feixes e transmissão de programas de rádio e televisão, e outras acções de desenvolvimento das relações da instituição com os organismos de difusão audiovisuais),
- as despesas relativas à transmissão em directo das sessões plenárias e das reuniões das comissões parlamentares na Internet,
- o registo das sessões em DVD-ROM,
- a criação de arquivos adequados, bem como de um motor de pesquisa que permite o acesso permanente dos cidadãos a estas informações.

64. No que respeita à produção de informação audiovisual, em 2010 foram produzidas 12 275 horas para os meios de comunicação social e para outros clientes. Importa notar que, globalmente, foram difundidos através da Internet 767 meios-dias de reuniões de comissões (em relação a 2009, o volume de sessões de comissões difundidas duplicou). No que respeita à produção da Europa por Satélite (Europe by Satellite), foram produzidos 809 peças noticiosas, 58 *info-clips* e 475 reportagens em directo.

R. Capítulo 40, «Despesas específicas de certos órgãos e instituições»

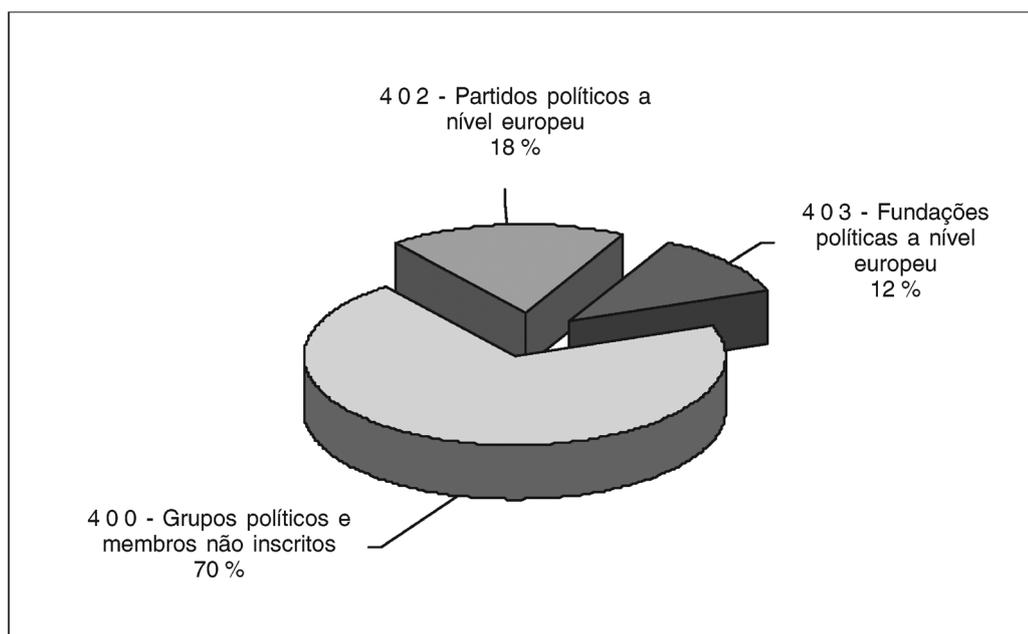
65. As dotações deste capítulo absorveram 5 % da despesa de 2010, tendo aumentado 10 % em relação ao exercício anterior. O artigo 4 0 0, «Despesas administrativas de funcionamento, actividades políticas e de informação dos grupos políticos e dos membros não inscritos» absorveu 70 % das dotações do capítulo 40. As autorizações desse artigo totalizaram 53 355 142 EUR e destinaram-se a cobrir as seguintes despesas relacionadas com os grupos políticos e com os deputados não inscritos:

- despesas de secretariado, administrativas e de funcionamento,
- despesas ligadas às actividades políticas e de informação desenvolvidas no âmbito das actividades políticas da União Europeia.

66. O artigo 4 0 2, «Contribuição a favor dos partidos políticos europeus» consumiu 18 % (14 milhões de EUR) das dotações do capítulo 40.

Gráfico 9

Discriminação da despesa do capítulo 40



S. Capítulo 4 2, «Despesas relativas à assistência parlamentar»

67. Este capítulo representou 10 % da despesa de 2010 e as suas despesas mantiveram-se estáveis entre 2009 e 2010. O número 4 2 2 0, «Assistência parlamentar», respondeu por 99 % das respectivas dotações para autorizações. As autorizações deste artigo totalizaram 152 645 163 EUR e cobriram despesas relativas à assistência parlamentar. Importa lembrar que o orçamento rectificativo de 2010 aumentou as dotações destinadas a assistência pessoal aos Membros (consultar parte I do relatório para mais informações).
68. Em 31 de Dezembro de 2010, trabalhavam no PE 1 483 assistentes parlamentares acreditados. Em Dezembro de 2010, 2 198 assistentes locais possuíam um contrato de trabalho com Membros. Cada Membro empregava uma média de 3,4 assistentes locais. Contudo, o número de assistentes locais empregados pelos Membros variou consideravelmente, entre 0 e 45, em 2010. Embora 97 Membros não tenham empregados locais, em 2010, 35 Membros recrutaram mais de 10 empregados nos seus Estados-Membros respectivos.

T. Título 1 0, «Outras despesas»

69. Os capítulos deste título contêm dotações provisionais que apenas podem ser autorizadas após transferência para uma rubrica operacional. As transferências de dotações provisionais são tratadas na secção I do presente relatório. As dotações iniciais deste título totalizaram 46 441 800 EUR, o equivalente a cerca de 3 % das dotações iniciais totais. Foi transferido a partir deste título um total de 42 241 800 EUR, tendo o orçamento rectificativo diminuído as dotações do capítulo 10 5, «Dotação provisional para os edifícios» em 4 000 000 EUR. O saldo não utilizado do capítulo 10 1, «Reserva para imprevistos», foi de 200 000 EUR, ou seja, cerca de 0,01 % das dotações finais totais em 2010.

III. OBJECTIVOS E RESULTADOS EM 2010

70. Após as eleições de 2009, o Parlamento retomou gradualmente a sua actividade normal em 2010. 2010 foi um ano de contínua adaptação para o Parlamento no que se refere à melhoria dos seus métodos de trabalho e à sua modernização, que são concomitantes com as suas responsabilidades políticas e legislativas, bem como no que respeita à avaliação de diversas iniciativas plurianuais importantes lançadas nos últimos anos. Na sequência da ratificação do Tratado de Lisboa e da sua entrada em vigor em 1 de Dezembro de 2009, foi necessário proceder a adaptações que acarretaram despesas orçamentais (comparar a informação sobre o orçamento rectificativo na parte I do presente relatório).
71. Os objectivos a seguir enunciados baseiam-se nas orientações definidas pelo Secretariado-Geral para 2009-2010, bem como nas aprovadas pelo Parlamento nas suas resoluções.
- Orientações para o processo orçamental de 2010 – Secções I, II, IV, V, VI, VII, VIII e IX, datadas de 10 de Março de 2009
 - Estimativas do Parlamento Europeu para 2010, datadas de 5 de Maio de 2009
 - Orçamento rectificativo n.º 1/2010: Secção I – Parlamento, datado de 19 de Maio de 2010.

A. Fazer face a uma função legislativa reforçada pelo Tratado de Lisboa

72. O Tratado generalizou a co-decisão como processo legislativo ordinário, que passou a ser aplicável a cerca de 95 % da legislação. O Tratado de Lisboa teve também consequências importantes para todos os casos em que o processo de consulta foi substituído pelo processo de parecer favorável, especialmente no que diz respeito à negociação e celebração de acordos internacionais.
73. O Tratado de Lisboa implicou ainda um acompanhamento técnico adicional pelos serviços do Parlamento: as iniciativas dos cidadãos, a consulta obrigatória do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social, a maior responsabilidade do Banco Central Europeu, o novo papel na nomeação dos Juizes e Advogados-Gerais do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral, os novos direitos de informação, etc.

A.1. Políticas internas da União

74. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa conferiu novas e importantes prerrogativas ao PE, em domínios como a agricultura (Comissão AGRI, pescas (PECH), liberdade, segurança e justiça (LIBE) e supervisão multilateral (ECON)), e introduziu importantes alterações no processo orçamental da UE (BUDG). Estão a ser criados novos instrumentos, como a iniciativa de cidadania (AFCO), os actos delegados e actos de execução (responsabilidade horizontal: JURI) e o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE) (em que a AFCO tem um papel a desempenhar em relação aos aspectos institucionais, a JURI em relação ao Estatuto do Pessoal, a CONT em relação ao Regulamento Financeiro e a BUDG em relação ao seu orçamento). Os processos que carecem de parecer favorável do PE (principalmente acordos internacionais) obrigam à consulta de comissões, por exemplo, da TRAN, da LIBE ou da PECH.

75. O reforço do papel dos parlamentos nacionais pelo Tratado de Lisboa teve um efeito directo nos métodos de trabalho do Parlamento, e, em particular, das comissões parlamentares. O novo mecanismo de controlo reforçado do princípio da subsidiariedade (cartões «amarelo» e «laranja»), as medidas adicionais de salvaguarda introduzidas pelo Tratado de Lisboa («travões de emergência»), ou o necessário desenvolvimento de um diálogo pré e pós-legislativo com os parlamentos nacionais tiveram impacto nas actividades e no volume de trabalho das comissões.
76. Muitas decisões legislativas importantes foram iniciadas e preparadas pelas comissões: desde a rejeição do acordo SWIFT de transferência de dados bancários até à adopção do orçamento para 2011, à iniciativa de cidadania, ao pacote de supervisão financeira, ao Serviço Europeu de Acção Externa, à governação económica, etc. A actividade legislativa está a retomar rapidamente o seu ritmo, e a muitas iniciativas estratégicas não legislativas avançadas pela Comissão em 2010 poderá seguir-se, nos próximos meses, um elevado número de propostas legislativas conexas, nomeadamente no âmbito da estratégia UE 2020.
77. Pela primeira vez após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, foi aplicado o processo orçamental da UE substancialmente revisto. Acresce que o Parlamento assumiu novas responsabilidades relativamente às despesas obrigatórias da UE. Paralelamente, o PE iniciou os trabalhos relativos à harmonização do acordo interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira com os requisitos do Tratado de Lisboa e iniciou a preparação de uma revisão intercalar integral do quadro financeiro plurianual.

A.2. Políticas externas da União

78. O Tratado tem importantes consequências no domínio das relações externas. O Parlamento dispõe de novos poderes legislativos, orçamentais e de controlo e desempenha um papel nas nomeações do Vice-Presidente da Comissão e Alto Representante, bem como dos seus representantes especiais, e nas relações com os mesmos. Para o Parlamento, a nova situação afecta particularmente os seus órgãos que se ocupam da política comercial comum e do Serviço Europeu de Acção Externa.
79. No contexto das negociações sobre a instituição do Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), o PE obteve importantes concessões em termos de controlo do Parlamento e controlo democrático *ex ante* da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). O Parlamento obteve o direito a ser consultado, de forma compatível com a confidencialidade do caso, antes da adopção pelo Conselho de mandatos ou estratégias no domínio da PESC. Obteve ainda o direito de os seus deputados terem acesso a informação classificada da PESC com base na sua necessidade de informação (utilizado pela primeira vez para o mandato de negociação do acordo-quadro UE-Líbia e o compromisso da Alta Representante/Vice-Presidente de que iria lançar o processo de renegociação do acordo interinstitucional sobre o acesso a documentos e informação classificados no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). A Comissão dos Assuntos Externos obteve ainda o direito de entrevistar nomeados para lugares de Chefe de Delegação ou de Representante Especial da UE antes de estes assumirem as suas funções. Até agora, foram entrevistados à porta fechada quatro Chefes de Delegação da UE recém-nomeados. Por último, o Parlamento obteve uma muito maior transparência no orçamento da PESC, porquanto, a partir de agora, será aplicável o processo ordinário e as principais missões no âmbito da PCSD serão claramente identificadas em números separados (o que já aconteceu no orçamento de 2011).
80. Com o Tratado de Lisboa, as relações da UE com o Espaço Económico Europeu (EEE) e os seus Estados membros sofreram uma mudança qualitativa, uma vez que o Parlamento passa a participar directamente na negociação de um número significativo de acordos com o EEE e de mais de 100 acordos bilaterais com a Suíça.
81. No que respeita ao alargamento da UE, foram contratados 32 agentes contratuais croatas. O pessoal contratual croata foi essencialmente afectado aos serviços linguísticos e aos serviços de outras direcções-gerais implicadas nos preparativos para o alargamento. Em meados de Setembro, a nova unidade croata começou a trabalhar na tradução de documentos essenciais do PE.

B. Melhorar os serviços aos Membros

B.1. Apoio legislativo

82. Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e das novas responsabilidades do Parlamento, foi reforçado o pessoal dos secretariados das comissões parlamentares, que, futuramente, passam a contar com 6, 9 ou 12 administradores, consoante a sua carga de trabalho administrativo. Foi igualmente adaptado o pessoal dos departamentos temáticos, das relações com os parlamentos nacionais, da biblioteca, dos secretariados dos grupos políticos, bem como a verba destinada aos assistentes dos Membros. O orçamento rectificativo atribuiu 75 novos lugares aos grupos políticos, 70 aos secretariados das comissões e 5 às relações com os parlamentos nacionais. O subsídio de secretariado foi aumentado em 1 500 EUR por mês por Membro. Além disso, para aumentar a sua eficiência, os secretariados das delegações e das assembleias interparlamentares foram reunidos em grupos regionais comuns, o que permite que os colegas se especializem numa região e facilita o intercâmbio de informações entre delegações bilaterais conexas e assembleias multilaterais.
83. A assistência ao Presidente e aos Vice-Presidentes foi reforçada, mediante a preparação de sessões de informação para cada sessão por uma *task force* interserviços em que participam a Direcção da Sessão Plenária, a Direcção dos Serviços da Presidência, a Direcção dos Actos Legislativos e a Direcção da Biblioteca.
84. A prestação de serviços aos Membros (serviços analíticos e fontes de informação) aumentou significativamente (+ 40 % comparativamente com o período correspondente da sexta legislatura): os serviços analíticos foram consolidados e os serviços de informação foram gradualmente alargados. A produção analítica aumentou tanto em termos de volume como em termos de número de produtos. Foram desenvolvidos novos produtos tendentes a dar uma resposta mais cabal às necessidades dos Membros. O serviço prestado aos utilizadores da biblioteca (não apenas aos deputados) foi melhorado com a introdução de um novo sistema electrónico de gestão do catálogo (incluindo para aquisições), que foi integrado no sítio *web*.
85. A criação de mecanismos para a recepção e o reencaminhamento de pareceres dos parlamentos nacionais (cujo número está a aumentar rapidamente) permitiu melhorar a comunicação entre parlamentos neste domínio e transmitir de forma mais rápida e mais flexível a informação às comissões parlamentares pertinentes.

B.2. Estatutos dos Deputados e dos Assistentes

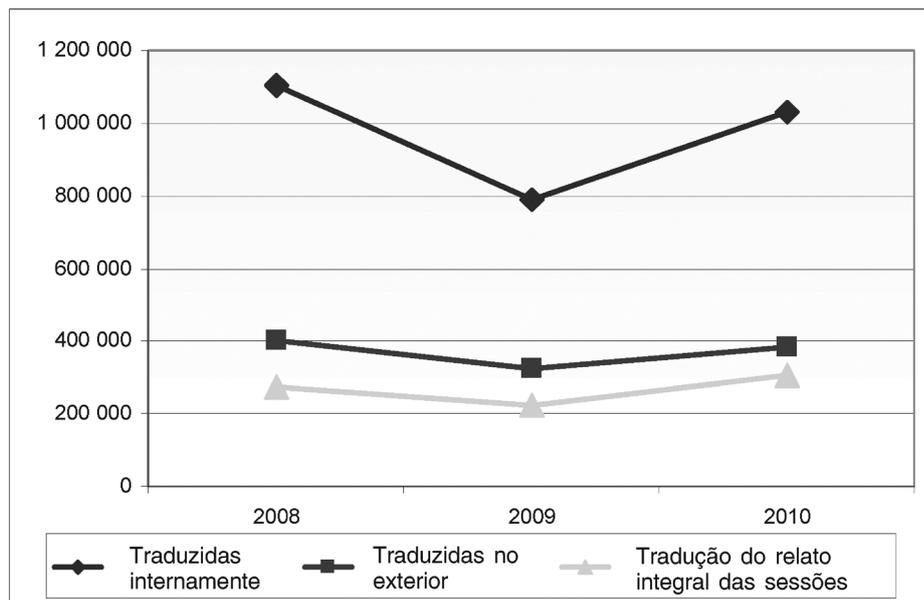
86. O ano de 2010 foi o primeiro ano completo de aplicação dos novos estatutos dos deputados e dos seus assistentes. O grupo temporário de avaliação da aplicação dos estatutos dos deputados e dos assistentes, criado pela Mesa em 2009 e composto por quatro Vice-Presidentes, pelo Questor pertinente e pelo Presidente da Comissão dos Assuntos Jurídicos, prosseguiu os seus trabalhos em 2010, apoiado pelos serviços do Parlamento. As recomendações do grupo temporário de avaliação deram origem à adopção pela Mesa, nas suas reuniões em 2009 e 2010, de uma série de alterações das medidas de aplicação dos estatutos dos deputados e dos assistentes.
87. Os serviços prepararam as aplicações de TI necessárias à aplicação do Estatuto, a adaptação dos formulários necessários para os Membros e os assistentes, bem como um manual de informação (diversos conjuntos de perguntas e resposta a distribuir pelos Membros, fichas de informação para a Intranet, etc.).

B.3. Igualdade de acesso dos Membros às facilidades linguísticas

88. Foi assegurada interpretação em 5 664 reuniões do Parlamento Europeu, incluindo missões fora dos três locais de trabalho habituais e serviços de Interpretação *Ad Personam* (IAP). Foi ainda assegurada interpretação em 590 reuniões da Comissão Europeia, 69 reuniões do Comité das Regiões, 136 reuniões do Tribunal de Contas, incluindo missões, e 6 reuniões do Centro de Tradução.
89. Foi traduzido um total de 1 721 191 páginas (1 033 176 internamente, 381 804 externamente e 306 211 do relato integral das sessões). A análise da tradução por categoria e a sua evolução desde 2008 é apresentada em seguida. Os serviços do Parlamento estiveram em condições de satisfazer os pedidos de tradução, apesar de os prazos mínimos para a apresentação de documentos para tradução previstos no Código de Conduta do Multilinguismo apenas terem sido respeitados em 35 % dos casos.

Gráfico 10

Análise das páginas traduzidas entre 2008 e 2010



B.4. Tecnologias da informação e da comunicação

90. Em 24 de Março de 2010, no seguimento da proposta da Comissão para a Estratégia de Inovação das TIC, a Mesa adoptou o plano estratégico a médio prazo para as TIC. Esta estratégia assenta em três pilares:

- plena utilização do novo Tratado de Lisboa para conferir poder aos deputados ao Parlamento Europeu no exercício do seu mandato;
- reforço da comunicação móvel, da conectividade, da mobilidade e da interoperabilidade,
- reforço da comunicação institucional com os parlamentos nacionais, os cidadãos europeus e a sociedade civil.

91. No Parlamento Europeu, as TIC devem cumprir dois objectivos. O primeiro objectivo consiste em estabelecer e manter um serviço sustentável e de alta qualidade na utilização das TIC, para a sua comunicação institucional com os cidadãos europeus, para prestar assistência aos Membros e para assegurar o funcionamento da sua administração. O segundo objectivo consiste em desenvolver produtos de TIC para as orientações políticas de «plena utilização do novo Tratado de Lisboa para conferir poder aos deputados ao Parlamento Europeu no exercício do seu mandato», de «reforço da comunicação móvel, da conectividade, da mobilidade e da interoperabilidade» e de «reforço da comunicação institucional com os parlamentos nacionais, os cidadãos europeus e a sociedade civil».

92. No âmbito desta estratégia, o sistema de gestão do conhecimento visa facultar aos Membros e ao Secretariado-Geral um motor de busca único para documentos legislativos, baseado em metadados multilingues e susceptível de ser partilhado interinstitucionalmente ⁽¹⁾. Os anos de 2009 e 2010 foram consagrados à produção de processos de indexação e de especificações funcionais, bem como à conclusão de sítios Web e bases de dados externos.

93. No que respeita ao novo centro de dados em Bruxelas, ficaram concluídos os projectos e a arquitectura-alvo, bem como o plano de migração. No âmbito do projecto e-Parlamento, foi iniciada a produção de AT4AM (gestão de alterações). No contexto do projecto «sem papel», foram demonstrados os conceitos para e-reuniões e e-comissões. No que respeita às redes sem fios nos hemiciclos de Bruxelas e Estrasburgo, foi instalado equipamento ligeiro. Foram concluídas as fases de estudo e preparação para a instalação de Wi-Fi em todos os edifícios dos Membros. Foi ainda lançado um novo ITEC Service Desk para os Membros, com o objectivo de lhes prestar apoio personalizado.

⁽¹⁾ Importa notar que este sistema de gestão do conhecimento cobre a parte legislativa das actividades da instituição e não a parte administrativa.

C. Política de comunicação

94. No que respeita ao sítio *web* audiovisual para profissionais, foi lançada em Dezembro de 2010 uma nova plataforma audiovisual em linha de fácil utilização, que já se tornou o principal ponto de contacto para a difusão de material de vídeo, áudio e fotográfico de qualidade produzido pelo Parlamento, especialmente em pacotes temáticos. O serviço de difusão através da *web* foi tornado extensivo a todas as comissões parlamentares, a conferências de imprensa e a eventos institucionais importantes. Encontram-se actualmente disponíveis 13 canais de difusão simultânea.
95. Os principais melhoramentos introduzidos no canal televisivo *web* do Parlamento incluíram a reorganização dos conteúdos, a transmissão de programas a mais alta velocidade, melhorias a nível da imagem e navegação entre temas específicos. Paralelamente, procedeu-se a uma maior integração dos programas do canal televisivo do PE, através do principal sítio *web* do Parlamento e de páginas do Facebook. Em 2010, foram registadas 9 858 549 visitas e foram visitadas 255 922 828 páginas.
96. Com todas as actividades que organizaram, os gabinetes de informação do PE chegaram directamente a cerca de 6 milhões de cidadãos e indirectamente a 60 milhões de cidadãos. Os gabinetes de informação organizaram, nomeadamente, 86 fóruns do cidadão, dos quais 5 com dimensão transfronteiras. Os fóruns revelaram-se um instrumento eficaz para melhorar, qualitativa e quantitativamente, o contacto directo do Parlamento com os cidadãos da UE. Os gabinetes de informação organizaram ainda eventos para comemorar o Dia Internacional da Mulher e o Dia da Europa, que este ano assinalou o 60.º aniversário da Declaração de Schuman. Nas revistas da imprensa diária organizadas pelos gabinetes de informação, foram identificados cerca de 100 artigos sobre as comemorações do Dia da Europa nos meios de comunicação social de mais de metade dos Estados-Membros. No total, foram organizados em todo o mundo 26 eventos e campanhas que reuniram 100 552 participantes nas instalações do PE e milhares de participantes fora dessas instalações.
97. No âmbito do Prémio Sakharov, todos os gabinetes de informação organizaram diversas actividades para promover os direitos humanos e o Prémio Sakharov. Em 2010, o Prémio foi atribuído ao cubano Guillermo Farinas.
98. Em 2010, o Centro de Visitantes acolheu, pela primeira vez, mais de 300 000 visitantes: cerca de 220 000 em Bruxelas e cerca de 80 000 durante as sessões plenárias em Estrasburgo. No total, estes visitantes representaram cerca de 7 900 grupos. Cerca de 28 400 visitantes foram visitantes individuais, que, na sua maior parte, seguiram a nova visita guiada multimédia em Bruxelas. Em Estrasburgo, os eventos mensais Euroscola, da responsabilidade do gabinete de informação, contaram com um total de 8 574 participantes (alunos e professores do ensino secundário).
99. O projecto do Centro de Visitantes, extremamente complexo, encontra-se na sua fase final. Está organizado em 8 áreas de experiência, com um total de 36 instalações de média temática, acessíveis através de mais de 300 pontos de acesso. A exposição permanente contém mais de 700 histórias ou «coisas para ver» diferentes. Tendo em conta a visita guiada multimédia, o jogo de representação de papéis multimodal, a adaptação de conteúdos para crianças e para pessoas com deficiências e os contributos dos deputados, o número total de «unidades de informação» será superior a 4 500. Tendo em conta o multilinguismo, o número de «unidades de informação» individuais que têm de ser produzidas e colocadas na exposição oscila entre 20 000 e 30 000 unidades. A abordagem temática é multifacetada e vai da ciência política e dos assuntos legislativos à história e à sociologia. Contrariamente aos projectos de museus tradicionais, que se baseiam numa colecção existente, o desenvolvimento e a produção do conteúdo da exposição faz parte integrante do projecto do Centro de Visitantes, o que torna os processos de programação e de adjudicação de contratos públicos extremamente complexos.
100. O projecto de criação de uma Casa da História Europeia foi lançado pelo Presidente do Parlamento Europeu Hans-Gert Pöttering em 2007. No mesmo ano, a Mesa decidiu constituir um comité de peritos para estabelecer os fundamentos conceptuais da Casa da História Europeia. De acordo com esses fundamentos conceptuais, um dos grandes objectivos da Casa da História Europeia «consiste em aprofundar os conhecimentos dos europeus de todas as gerações sobre a sua História e, deste modo, contribuir para uma melhor compreensão da evolução da Europa no presente e no futuro». Na sequência da publicação do concurso de arquitectura, foram recebidas vinte e seis manifestações de interesse válidas. Essas manifestações de interesse foram apreciadas por um comité de avaliação, que concluiu os seus trabalhos em Janeiro de 2010. Na sequência desta apreciação, foram seleccionados doze candidatos, aos quais foi solicitada a elaboração de um projecto preliminar. Em Setembro de 2010, um júri internacional apreciou os projectos.

D. Política imobiliária

101. A estratégia imobiliária a médio prazo adoptada por decisão da Mesa de 24 de Março de 2010 consagra os seguintes objectivos:
- a aquisição dos edifícios ocupados pelo Parlamento,
 - o pagamento antecipado dos custos inerentes, com base na disponibilidade de dotações (recurso a transferências globais de remanescentes, excedentes), a fim de reduzir os encargos financeiros,
 - a concentração geográfica dos edifícios do Parlamento, a fim de gerar economias de escala ao nível dos serviços internos (transporte, manutenção, etc.).
102. Na sua reunião de 24 de Março de 2010, a Mesa autorizou os Vice-Presidentes responsáveis pela política imobiliária do Parlamento e o Secretário-Geral a executar essa estratégia a médio prazo e a apresentar à Mesa, para decisão, eventuais propostas pertinentes. Além disso, estabeleceu como objectivo a aquisição dos edifícios arrendados pelo Parlamento em Bruxelas.
103. Neste contexto, em 2010, foi adquirido o edifício REMARD, em Bruxelas, e preparado o projecto de aquisição de instalações para a Casa da Europa em Sófia.
104. No contexto da ampliação do edifício KAD, no Luxemburgo, o custo do contrato celebrado para a realização de trabalhos geotérmicos foi inferior em 30 % ao previsto. Este resultado positivo é explicado pelo lançamento de um concurso alargado, em que participaram empresas de mais de quatro países. O concurso para a construção do edifício foi publicado em Agosto de 2010. O concurso para o financiamento dos trabalhos de construção foi publicado no final de Dezembro de 2010.
105. Foram concluídos trabalhos nos gabinetes de informação de Budapeste, Washington, Londres e Haia. Foi assinado o contrato relativo ao projecto do gabinete de Copenhaga. A Mesa aprovou a abertura de negociações com os proprietários dos edifícios em que deverão ficar instalados os gabinetes de Helsínquia e Wrocław, com vista ao arrendamento das instalações. Em Sófia, o edifício Rakovsky foi seleccionado na sequência de uma prospecção de imóveis. As autoridades deverão tomar uma decisão final sobre a matéria até 31 de Março de 2011.

E. Política ambiental

106. Tendo em vista reduzir as emissões de carbono, os novos contratos-quadro e os aditamentos aos contratos existentes devem estipular que todos os veículos oficiais e veículos comerciais ao serviço do Parlamento devem respeitar a norma Euro 5. Os veículos que são propriedade do Parlamento estão igualmente a ser substituídos. Entrou ainda em vigor um novo contrato para o transporte dos Membros em Estrasburgo.
107. Com a STIB, em Bruxelas, o Parlamento estabeleceu um sistema de «agente pagador» para promover a utilização de transportes públicos (autocarros, eléctricos e metropolitano da STIB). Nos termos do contrato celebrado entre as partes em Outubro de 2010, o Parlamento suporta 50 % do custo dos passes anuais adquiridos pelos seus funcionários e outros agentes. Este sistema está a funcionar desde o final de Dezembro de 2010.
108. Foi igualmente lançado no final de 2010 um importante projecto ambiental denominado «Re-iluminação» em Bruxelas (substituição das lâmpadas em todos os gabinetes por lâmpadas LED para poupar energia).

F. Modernização e reestruturação do Secretariado

109. As principais alterações no organograma e na gestão do PE são sintetizadas no quadro seguinte.

Quadro 12

Síntese das mudanças resultantes da reestruturação do Secretariado-Geral em 2010

DG	Reestruturação e modernização
DG PRES	Em Maio de 2010, foram criadas a Direcção dos Serviços da Presidência e a Direcção dos Recursos, no intuito de separar as operações financeiras do restante trabalho da DG. A Unidade das Finanças é agora responsável por todos os assuntos relacionados com o início de processos financeiros e com a verificação <i>ex ante</i> . A programação, a gestão de contratos públicos e os concursos foram igualmente centralizados na Direcção dos Recursos.
DG IPOL e EXPO	Foram criadas Direcções dos Recursos para profissionalizar mais a gestão do pessoal, dos recursos financeiros e de TI.
DG COMM	A Direcção dos Recursos foi criada por decisão da Mesa de 19 de Abril. Esta Direcção, composta por três unidades (Finanças, Pessoal e Informática), está operacional desde 1 de Maio de 2010. Em Novembro de 2010, foi criado um novo Serviço de Programação e Estratégia, directamente dependente do Director-Geral, que é responsável pelas actividades de acompanhamento, avaliação e elaboração de relatórios da DG. O gabinete de ligação do Parlamento Europeu em Washington, que depende administrativamente da Direcção B, foi oficialmente aberto em Abril de 2010. Em Março de 2010, a DG COMM assumiu a responsabilidade administrativa e financeira pela Casa da História Europeia. O processo de selecção da primeira vaga de pessoal já foi concluído, tendo os primeiros empregados começado a ser recrutados em Novembro de 2010.
DG INLO	Para que o Parlamento possa cumprir as suas obrigações enquanto proprietário e inquilino dos edifícios que ocupa, nomeadamente nos três locais de trabalho e nos diferentes Estados-Membros, foi aprovado em 2009 um plano de reestruturação e de reforço dos recursos humanos da DG INLO. Este plano será executado ao longo de um período de três anos, com início em 2010, mediante a criação de uma nova estrutura administrativa, e pode ser sintetizado do seguinte modo: — reforço e reorganização da Direcção das Infra-Estruturas, mediante: a criação de três unidades para a gestão e a manutenção dos edifícios em cada um dos três locais de trabalho; a criação de duas unidades, em Bruxelas e no Luxemburgo, para a gestão dos projectos actuais e futuros e de uma unidade de coordenação geral das infra-estruturas; — a criação de três unidades centrais: uma unidade de programação, execução e controlo orçamental, uma unidade de aquisições e contratos públicos e uma unidade de coordenação geral; — o reforço do pessoal e a reorganização da Direcção de Logística. A reestruturação foi iniciada em Fevereiro de 2010 e prolongar-se-á pelos exercícios de 2011 e 2012.
DG TRAD	— O Serviço de Terminologia foi transformado em unidade. — Em meados de Setembro, foi criada a nova unidade croata, que começou a trabalhar na tradução de documentos essenciais do PE.
DG INTE	Foram criadas três novas unidades (Unidade de Formação e Contactos com as Universidades, Unidade de Comunicação e Cooperação Interinstitucional e Internacional e Unidade de Gestão da Qualidade) e estão a ser criados três novos serviços de assistência na Unidade de Programação.
Serviço Jurídico	O Serviço Jurídico foi reestruturado, tendo o número de unidades de cada direcção passado de 2 para 3 em 15 de Fevereiro de 2010. Em 1 de Outubro de 2010, procedeu-se a uma nova repartição das responsabilidades pelas três unidades da Direcção dos Assuntos Institucionais e Parlamentares.
Serviços directamente dependentes do Secretário-Geral	Em Junho de 2010 foi criado o lugar de Gestor dos Riscos. A missão e o enquadramento do recém-criado Serviço de Gestão dos Riscos são examinados aprofundadamente com base em normas e documentação internacionalmente aceite e nas regras e práticas de gestão dos riscos aplicadas na Comissão Europeia.

110. No que respeita a outros melhoramentos no domínio da gestão, foi introduzida no Parlamento a contabilidade de exercício. A implementação do apoio informático para estas alterações foi acelerada no final de 2010. Os pacotes de trabalhos 1 (Estabelecimento de equilíbrios fornecedores/prestadores de serviços) e 2 (Facturas recebidas e fornecedores/prestadores de serviços) entraram em plena produção. Já no pacote de trabalhos 3 (Facturas enviadas e lista de devedores), foi concluída a parte que se prende com os requisitos empresariais, os registos contabilísticos e os relatórios.

111. A nova aplicação «Web Contracts», para a gestão financeira e administrativa dos procedimentos de adjudicação de contratos públicos (projecto-chave AWP 100.c), entrou na sua fase-piloto em 2010, com uma forte participação de quase todas as DG.

 112. Por fim, mas não menos importante, foi introduzido um controlo exaustivo no que respeita ao programa de trabalho administrativo 2009-2011 de todas as direcções-gerais. O programa de trabalho administrativo constitui um instrumento de gestão e, nessa qualidade, reflecte os progressos realizados pelas DG e pelo Serviço Jurídico durante o período de trabalho. Todas as DG comunicam regularmente os progressos dos seus principais projectos.
-

ANEXO I

LISTA DAS TRANSFERÊNCIAS C NO EXERCÍCIO DE 2010

(EUR)

N.º	De/Para Capítulo/Artigo/Número	Capítulo/Artigo/ Número	Capítulo/Artigo/Número	Montante da rubrica beneficiária	Montante da rubrica tributária
C1	do Capítulo	Capítulo 10 3	Reserva para o alargamento		- 750 000
	para o Capítulo	1 4	Outro pessoal e prestações externas		
	para o número	1 4 0 0	Outros agentes	750 000	
C2	do Capítulo	Capítulo 10 0	Dotações provisionais		- 6 516 600
	para o Capítulo	2 0	Imóveis e despesas acessórias		
	para o número	2 0 0 8	Outras despesas relativas aos imóveis	2 340 000	
	para o Capítulo	2 1	Informática, equipamento e mobiliário		
	para o número	2 1 2 0/01	Mobiliário: aquisição e renovação de mobiliário	749 600	
para o Capítulo	3 2	Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão			
para o número	3 2 4 2/01	Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas: publicações, acções de informação, participação em manifestações públicas	3 427 000		
C4	do Capítulo	Capítulo 10 0	Dotações provisionais		- 1 175 200
	para o Capítulo	1 4	Outro pessoal e prestações externas		
	para o número	1 4 2 0/01	Prestações externas: tradução do relato integral da sessão	415 000	
	para o número	1 4 2 0/02	Prestações externas: outros serviços de tradução e dactilografia	740 000	
para o número	1 4 2 0/03	Prestações externas: actividades de cooperação interinstitucional no domínio linguístico	20 200		
C5	do Capítulo	Capítulo 10 1	Reserva para imprevistos		- 3 600 000
	para o Capítulo	1 4	Outro pessoal e prestações externas		
	para o número	1 4 0 0	Outros agentes	3 600 000	
C6	do Capítulo	Capítulo 10 1	Reserva para imprevistos		- 6 200 000
	para o Capítulo	1 2	Funcionários e agentes temporários		
	para o número	1 2 0 0	Remuneração e subsídios	6 200 000	

(EUR)

N.º	De/Para Capítulo/Artigo/Nú- mero	Capítulo/Artigo/ Número	Capítulo/Artigo/Número	Montante da rubrica beneficiária	Montante da rubrica tributária
C7	do Capítulo	Capítulo 10 0	Dotações provisionais		- 6 000 000
	para o Capítulo	2 1	Informática, equipamento e mobiliário		
	para o número	2 1 0 0/01	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação: centro de informática	2 000 000	
	para o número	2 1 0 2/01	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação: centro de informática, telecomunicações, equipamento e suporte lógico	1 300 000	
	para o número	2 1 0 2/02	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação: sistemas de informação parlamentar	700 000	
para o número	2 1 0 2/03	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação: sistemas de informação administrativos	2 000 000		
C8	do Capítulo	3 2	Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão		
	para o número	3 2 0 0/03	Aquisição de conhecimentos específicos: peritos para a administração		- 190 000
	para o Capítulo	3 0	Reuniões e conferências		
para o número	3 0 4 9	Despesas relativas aos serviços da agência de viagens	190 000		
C9	do Capítulo	1 0	Membros da instituição		
	para o número	1 0 2	Subsídios transitórios		- 150 000
	para o Capítulo	1 0	Membros da instituição		
para o número	1 0 3 2/02	Pensões de sobrevivência: RDSD	150 000		
C10	do Capítulo	2 0	Imóveis e despesas acessórias		
	para o número	2 0 0 7/01	Arranjo das instalações: Luxemburgo		- 310 000
	para o número	2 0 0 7/02	Arranjo das instalações: Estrasburgo		- 840 000
	para o número	2 0 0 7/03	Arranjo das instalações: Bruxelas		- 4 150 000
	para o número	2 0 0 7/04	Arranjo das instalações: gabinetes de informação		- 1 000 000
	para o número	2 0 2 4/03	Consumo de energia: Bruxelas		- 1 801 688
	do Capítulo	Capítulo 10 5	Dotações provisionais para os edifícios		- 11 000 000
	para o Capítulo	2 0	Imóveis e despesas acessórias		
para o número	2 0 0 3	Aquisição de bens imóveis	19 101 688		

(EUR)

N.º	De/Para Capítulo/Artigo/Nú- mero	Capítulo/Artigo/ Número	Capítulo/Artigo/Número	Montante da rubrica beneficiária	Montante da rubrica tributária
C11	do Capítulo	Capítulo 10 0	Dotações provisionais		- 2 000 000
	do Capítulo	Capítulo 10 6	Reserva para novos projectos prioritários em fase de desenvolvimento		- 5 000 000
	do Capítulo	1 0	Membros da instituição		
	para o número	1 0 2	Funcionários e agentes temporários		- 878 000
	para o Capítulo	2 1	Informática, equipamento e mobiliário		
	para o número	2 1 0 0/02	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação: telecomunicações	7 596 000	
para o número	2 1 0 2/01	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação: Centro informático, telecomunicações, equipamento e suporte lógico	282 000		
C12	do Capítulo	1 0	Membros da instituição		
	para o número	1 0 0 4/01	Despesas ordinárias de viagem: períodos de sessão, comissões ou suas delegações, grupos políticos e despesas diversas		- 4 000 000
	para o número	1 0 0 5	Outras despesas de viagem		- 1 450 000
	para o número	1 0 1 0/02	Cobertura dos riscos de acidente, de doença e outras intervenções sociais: reembolso de despesas médicas		- 100 000
	do Capítulo	1 2	Funcionários e agentes temporários		
	para o número	1 2 0 4	Direitos relacionados com a entrada em funções, a transferência e a cessação de funções		- 1 200 000
	para o número	1 2 2 2	Compensações por cessação definitiva de funções e sistema especial de reforma para o pessoal permanente e temporário		- 250 000
	do Capítulo	1 4	Outro pessoal e prestações externas		
	para o número	1 4 0 4/01	Estágios, subvenções e intercâmbio de funcionários: estágios pagos e não pagos, excepto para tradutores		- 95 000
	para o número	1 4 0 4/03	Estágios, subvenções e intercâmbio de funcionários: intercâmbio de pessoal entre a instituição e o sector público dos Estados-Membros		- 615 000
	do Capítulo	1 6	Outras despesas relativas a pessoas ligadas à instituição		
	para o número	1 6 1 2	Aperfeiçoamento profissional		- 180 000
	para o número	1 6 3 0/01	Serviço social: apoio adicional a pessoas portadoras de deficiência – despesas não reembolsadas pelo regime comum de seguro de doença e outras despesas específicas		- 46 500
	para o número	1 6 5 0	Serviço médico		- 400 000
para o número	1 6 5 4/01	Centro de primeira infância e creches convencionadas: gestão externa da creche de dia e da sala de família do Parlamento em Bruxelas, e despesas acessórias		- 350 000	

(EUR)					
N.º	De/Para Capítulo/Artigo/Nú- mero	Capítulo/Artigo/ Número	Capítulo/Artigo/Número	Montante da rubrica beneficiária	Montante da rubrica tributária
	do Capítulo	3 0	Reuniões e conferências		
	para o número	3 0 0 0/01	Despesas de deslocações em serviço do pessoal: des- pesas de deslocação entre os três locais de trabalho		- 3 636 000
	para o número	3 0 0 0/03	Despesas de deslocações em serviço do pessoal: for- mação profissional		- 177 500
	para o número	3 0 0 0/04	Despesas de deslocações em serviço do pessoal: esta- giários		- 50 000
	para o Capítulo	1 0	Membros da instituição		
	para o número	1 0 0 0	Subsídios	1 950 000	
	para o Capítulo	1 2	Funcionários e agentes temporários		
	para o número	1 2 0 0	Remunerações e subsídios	10 600 000	
C13	do Capítulo	1 0	Membros da instituição		
	para o número	1 0 0 5	Outras despesas de viagem		- 427 000
	do Capítulo	2 0	Imóveis e despesas acessórias		
	para o número	2 0 0 0/01	Rendas: Luxemburgo		- 76 000
	para o número	2 0 0 0/03	Rendas: Bruxelas		- 36 000
	para o número	2 0 0 0/04	Rendas: gabinetes de informação		- 915 000
	para o número	2 0 0 1/03	Foros enfitêuticos: Bruxelas		- 226 000
	para o número	2 0 0 5	Construção de imóveis		- 1 602 000
	para o número	2 0 2 2/01	Limpeza e manutenção: Luxemburgo		- 408 000
	para o número	2 0 2 2/04	Limpeza e manutenção: gabinetes de informação		- 80 000
	para o número	2 0 2 4/01	Consumo de energia: Luxemburgo		- 81 000
	para o número	2 0 2 4/03	Consumo de energia: Bruxelas		- 1 293 000
	para o número	2 0 2 4/04	Consumo de energia: gabinetes de informação		- 160 000
	para o número	2 0 2 6/01	Segurança e vigilância de imóveis: Luxemburgo		- 10 000
	para o número	2 0 2 6/02	Segurança e vigilância de imóveis: Estrasburgo		- 45 000
	para o número	2 0 2 6/03	Segurança e vigilância de imóveis: Bruxelas		- 460 000
	para o número	2 0 2 6/04	Segurança e vigilância de imóveis: gabinetes de infor- mação		- 350 000
	do Capítulo	2 1	Informática, equipamento e mobiliário		
	para o número	2 1 4 0/05	Material e instalações técnicas: compra, substituição, aluguer, manutenção e reparação de material e instala- ções técnicas - cantinas		- 200 000
	para o número	2 1 4 0/06	Material e instalações técnicas: compra, substituição, aluguer, manutenção e reparação de material e instala- ções técnicas - equipamento		- 600 000

(EUR)					
N.º	De/Para Capítulo/Artigo/Número	Capítulo/Artigo/ Número	Capítulo/Artigo/Número	Montante da rubrica beneficiária	Montante da rubrica tributária
	para o número	2 1 4 0/07	Material e instalações técnicas: compra, substituição, aluguer, manutenção e reparação de material e instalações técnicas - correio		- 13 000
	para o número	2 1 4 0/08	Material e instalações técnicas: compra, substituição, aluguer, manutenção e reparação de material e instalações técnicas - segurança		- 750 000
	do Capítulo	2 3	Despesas de funcionamento administrativo corrente		
	para o número	2 3 6 0/01	Franquias de correspondência e despesas de porte: correio no Luxemburgo (custos de processamento e envio por empresas de correio rápido)		- 42 000
	para o número	2 3 6 0/02	Franquias de correspondência e despesas de porte: correio em Estrasburgo (custos de processamento e envio por empresas de correio rápido)		- 8 000
	para o número	2 3 6 0/03	Franquias de correspondência e despesas de porte: correio em Bruxelas (custos de processamento e envio por empresas de correio rápido)		- 93 000
	do Capítulo	3 0	Reuniões e conferências		
	para o número	3 0 2 0/01	Despesas de recepção e de representação: despesas de recepção e de representação do Presidente e da instituição		- 20 000
	para o número	3 0 2 0/02	Despesas de recepção e de representação: despesas de recepção e de representação das comissões parlamentares e das delegações interparlamentares		- 15 000
	para o número	3 0 2 0/03	Despesas de recepção e de representação: compra de artigos de representação		- 15 000
	para o número	3 0 4 0	Despesas diversas com reuniões internas		- 397 000
	do Capítulo	3 2	Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão		
	para o número	3 2 0 0/05	Aquisição de conhecimentos específicos: consultas e estudos relativos à segurança		- 350 000
	para o número	3 2 0 0/07	Aquisição de conhecimentos específicos: EMAS		- 59 000
	para o número	3 2 4 2/03	Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas: Observatório Legislativo (OEL)		- 100 000
	para o número	3 2 4 9/01	Intercâmbio de informações com os parlamentos nacionais: relações parlamentares não abrangidas pelos Capítulos 10 e 30 e ações de cooperação, incluindo as ligadas ao trabalho legislativo		- 361 000
	para o número	3 2 4 9/02	Intercâmbio de informações com os parlamentos nacionais: ações no domínio da documentação, análise e informação, incluindo as realizadas pelo Centro Europeu de Estudos e Documentação Parlamentar (Credoc)		- 48 000
	para o Capítulo	2 0	Imóveis e despesas acessórias		
	para o número	2 0 0 3	Aquisição de bens imóveis	9 240 000	

(EUR)

N.º	De/Para Capítulo/Artigo/Número	Capítulo/Artigo/ Número	Capítulo/Artigo/Número	Montante da rubrica beneficiária	Montante da rubrica tributária
C14	do Capítulo	2 1	Informática, equipamento e mobiliário		
	para o número	2 1 0 2/04	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação: apoio externo aos deputados, infocentros e utilizadores em geral		
	para o número	2 1 0 2/06	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação: concepção, segurança e métodos		- 423 000
	do Capítulo	3 2	Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão		
	para o número	3 2 4 2/01	Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas: publicações, acções de informação, manifestações públicas		- 2 000 000
	do Capítulo	4 2	Despesas relativas à assistência parlamentar		
	para o número	4 2 2 0/01	Assistência parlamentar: assistentes locais		- 8 200 000
	para o Capítulo	2 1	Informática, equipamento e mobiliário		
	para o número	2 1 0 0/01	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação: centro informático	5 300 000	
	para o número	2 1 0 0/02	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação: telecomunicações	3 223 000	
para o número	2 1 0 0/03	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação: utilizadores individuais e grupos	2 400 000		
Total				84 274 488	- 84 274 488

ANEXO 2

RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS P NO EXERCÍCIO DE 2010

(EUR)

N.º	Capítulo/Artigo/Número	Montante	
P2	no artigo 200		
	dos números 2000/01	Rendas: Luxemburgo	- 800 000
	2000/03	Rendas: Bruxelas	- 300 000
	2007/02	Arranjo das instalações: Estrasburgo	- 900 000
para o número	2005	Construção de imóveis	2 000 000
P3	no artigo 422		
	do número 4220/01	Assistência parlamentar: assistentes locais	- 500 000
para o número	4222	Diferenças cambiais	500 000
P4	no artigo 304		
	do número 3046	Despesas diversas de organização de reuniões da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE	- 25 000
para o número	3047	Despesas diversas de organização da Assembleia Parlamentar Eurolat	25 000
P5	no artigo 422		
	do número 4220/01	Assistência parlamentar: assistentes locais	- 130 000
para o número	4222	Diferenças cambiais	130 000
P6	no artigo 324		
	do número 3242/01	Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas: publicações, acções de informação, manifestações públicas	- 354 571
para o número	3245/01	Organização de colóquios, seminários e acções culturais: subvenções para a organização de colóquios e seminários nacionais ou multinacionais destinados aos multiplicadores de opinião originários dos Estados-Membros; despesas com a organização de colóquios e seminários parlamentares	354 571
P7	no artigo 324		
	do número 3244/01	Organização e recepção de grupos de visitantes, programa Euroscola e convites a multiplicadores de opinião de países terceiros: despesas de recepção e subvenções para grupos de visitantes	- 1 000 000
para o número	3243	Centro de Visitantes	1 000 000
		Total	4 009 571

ANEXO III

EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES DE 2010

Artigo/Número	Designação	Dotações iniciais	Transferência	Orçamento rectificativo	Dotações finais	Autorizações	% utilização
1 0 0 0	Subsídios	66 695 000	1 950 000	0	68 645 000	67 712 999	99 %
1 0 0 4	Despesas ordinárias de viagem	79 319 000	- 4 000 000	0	75 319 000	75 133 000	100 %
1 0 0 5	Outras despesas de viagem	9 170 000	- 1 877 000	0	7 293 000	5 293 962	73 %
1 0 0 6	Subsídio de despesas gerais	38 144 000	0	0	38 144 000	36 966 241	97 %
1 0 0 7	Subsídios de funções	177 000	0	0	177 000	172 429	97 %
1 0 1 0	Cobertura dos riscos de acidente, de doença e outras intervenções sociais	3 417 000	- 100 000	0	3 317 000	1 928 101	58 %
1 0 1 2	Medidas específicas para assistir os deputados portadores de deficiência	350 000	0	0	350 000	153 259	44 %
1 0 2	Subsídios transitórios	7 628 000	- 1 028 000	0	6 600 000	6 250 466	95 %
1 0 3 0	Pensões de aposentação	11 215 000	0	0	11 215 000	10 182 165	91 %
1 0 3 1	Pensões de invalidez	504 000	0	0	504 000	344 045	68 %
1 0 3 2	Pensões de sobrevivência	2 744 000	150 000	0	2 894 000	2 797 599	97 %
1 0 3 3	Regime voluntário de pensão dos deputados	169 000	0	0	169 000	45 955	27 %
1 0 5	Cursos de línguas e de informática	800 000	0	0	800 000	700 000	88 %
1 0 8	Diferenças cambiais	0	0	0	0	0	—
1 0 9	Dotação provisional para cobrir o regime pecuniário dos deputados	0	0	0	0	0	—
1 2 0 0	Remuneração e subsídios	512 823 809	16 800 000	4 565 164	534 188 973	525 864 796	98 %
1 2 0 2	Horas extraordinárias remuneradas	400 000	0	0	400 000	300 000	75 %
1 2 0 4	Direitos relacionados com a entrada em funções, a transferência e a cessação de funções	4 900 000	- 1 200 000	0	3 700 000	3 700 000	100 %
1 2 2 0	Subsídios de afastamento do lugar no interesse do serviço	760 000	0	0	760 000	697 938	92 %
1 2 2 2	Compensações por cessação definitiva de funções e sistema especial de reforma para o pessoal permanente e temporário	2 450 000	- 250 000	0	2 200 000	2 065 347	94 %
1 4 0 0	Outros agentes	23 830 000	4 350 000	0	28 180 000	25 212 376	89 %

Artigo/Número	Designação	Dotações iniciais	Transferência	Orçamento rectificativo	Dotações finais	Autorizações	% utilização
1 4 0 2	Intérpretes de conferência	55 005 000	0	0	55 005 000	54 990 000	100 %
1 4 0 4	Estágios, subvenções e intercâmbio de funcionários	7 150 000	- 710 000	0	6 440 000	5 552 643	86 %
1 4 0 6	Observadores	0	0	0	0	0	—
1 4 0 7	Subsídio de formação (programa de estágios do Parlamento Europeu)	0	0	0	0	0	—
1 4 2 0	Prestações externas	22 328 800	1 175 200	0	23 504 000	20 830 444	89 %
1 6 1 0	Despesas de recrutamento	600 000	0	0	600 000	348 409	58 %
1 6 1 2	Aperfeiçoamento profissional	4 000 000	- 180 000	0	3 820 000	3 680 850	96 %
1 6 3 0	Serviço social	601 000	- 46 500	0	554 500	517 840	93 %
1 6 3 1	Mobilidade	832 000	0	0	832 000	196 954	24 %
1 6 3 2	Relações sociais entre os membros do pessoal e outras intervenções sociais	310 000	0	0	310 000	309 000	100 %
1 6 5 0	Serviço médico	1 260 000	- 400 000	0	860 000	810 000	94 %
1 6 5 2	Despesas de funcionamento corrente dos restaurantes e cantinas	2 313 000	0	0	2 313 000	2 313 000	100 %
1 6 5 4	Centro da primeira infância e creches convencionadas	5 600 000	- 350 000	0	5 250 000	5 163 866	98 %
2 0 0 0	Rendas	33 768 000	- 2 127 000	0	31 641 000	31 475 172	99 %
2 0 0 1	Foros enfitéuticos	5 900 000	- 226 000	0	5 674 000	5 673 000	100 %
2 0 0 3	Aquisição de bens imóveis	0	28 341 688	0	28 341 688	19 101 688	67 %
2 0 0 5	Construção de imóveis	4 346 600	398 000	0	4 744 600	4 642 954	98 %
2 0 0 7	Arranjo das instalações	29 018 000	- 7 200 000	0	21 818 000	19 256 306	88 %
2 0 0 8	Outras despesas relativas aos imóveis	9 360 000	2 340 000	0	11 700 000	10 207 507	87 %
2 0 2 2	Limpeza e manutenção	41 407 444	- 488 000	0	40 919 444	39 351 882	96 %
2 0 2 4	Consumo de energia	21 487 594	- 3 335 688	0	18 151 906	16 953 364	93 %
2 0 2 6	Segurança e vigilância dos imóveis	40 587 000	- 865 000	0	39 722 000	38 917 198	98 %
2 0 2 8	Seguros	1 034 838	0	0	1 034 838	817 442	79 %
2 1 0 0	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação	36 225 000	20 519 000	0	56 744 000	56 626 299	100 %
2 1 0 2	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação	52 637 000	3 559 000	0	56 196 000	55 814 490	99 %

Artigo/Número	Designação	Dotações iniciais	Transferência	Orçamento rectificativo	Dotações finais	Autorizações	% utilização
2 1 2 0	Mobiliário	2 998 400	749 600	0	3 748 000	3 667 698	98 %
2 1 4	Material e instalações técnicas	18 327 750	- 1 563 000	0	16 764 750	15 468 717	92 %
2 1 6	Veículos	6 826 000	0	0	6 826 000	5 890 437	86 %
2 3 0	Papelaria, material de escritório e consumíveis diversos	2 655 500	0	0	2 655 500	1 973 880	74 %
2 3 1	Encargos financeiros	370 000	0	0	370 000	322 571	87 %
2 3 2	Despesas de contencioso e danos	1 312 000	0	0	1 312 000	1 041 149	79 %
2 3 5	Telecomunicações	6 850 000	0	0	6 850 000	5 689 527	83 %
2 3 6	Franquias de correspondência e despesas de porte	440 000	- 143 000	0	297 000	222 578	75 %
2 3 7 0	Mudanças	650 000	0	0	650 000	637 981	98 %
2 3 8	Outras despesas de funcionamento administrativo	564 000	0	0	564 000	485 749	86 %
3 0 0	Despesas de deslocações em serviço do pessoal	27 970 000	- 3 863 500	0	24 106 500	23 842 500	99 %
3 0 2	Despesas de recepção e de representação	1 105 200	- 50 000	0	1 055 200	813 419	77 %
3 0 4 0	Despesas diversas com reuniões internas	3 050 000	- 397 000	0	2 653 000	2 650 000	100 %
3 0 4 2	Reuniões, congressos e conferências	1 310 000	0	0	1 310 000	905 991	69 %
3 0 4 4	Despesas diversas de organização da Conferência Parlamentar sobre a OMC e outras reuniões das delegações interparlamentares, das delegações <i>ad hoc</i> e da OMC	850 000	0	0	850 000	435 160	51 %
3 0 4 6	Despesas diversas de organização de reuniões da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE	451 000	- 25 000	0	426 000	120 188	28 %
3 0 4 7	Despesas diversas de organização da Assembleia Parlamentar Eurolat	50 000	25 000	0	75 000	54 825	73 %
3 0 4 8	Despesas diversas de organização da Assembleia Parlamentar Euromed	40 000	0	0	40 000	6 595	16 %
3 0 4 9	Despesas relativas aos serviços da agência de viagens	1 248 000	190 000	0	1 438 000	1 351 750	94 %
3 2 0	Aquisição de conhecimentos específicos	10 360 000	- 599 000	0	9 761 000	7 565 986	78 %

Artigo/Número	Designação	Dotações iniciais	Transferência	Orçamento rectificativo	Dotações finais	Autorizações	% utilização
3 2 2 0	Despesas de documentação e de biblioteca	4 432 300	0	0	4 432 300	3 908 449	88 %
3 2 2 2	Despesas com fundos de arquivo	1 858 200	0	0	1 858 200	1 855 578	100 %
3 2 3	Relações com os parlamentos de países terceiros e apoio da democracia parlamentar	470 000	0	0	470 000	458 853	98 %
3 2 4 0	Jornal Oficial	5 361 000	0	0	5 361 000	4 150 500	77 %
3 2 4 1	Publicações digitais e tradicionais	4 395 000	0	0	4 395 000	4 367 052	99 %
3 2 4 2	Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas	13 708 000	972 429	0	14 680 429	13 633 133	93 %
3 2 4 3	Centro de Visitantes	12 100 000	1 000 000	0	13 100 000	12 725 985	97 %
3 2 4 4	Organização e recepção de grupos de visitantes, programa Euroscola e convites a multiplicadores de opinião de países terceiros	27 100 000	- 1 000 000	0	26 100 000	24 534 587	94 %
3 2 4 5	Organização de colóquios, seminários e acções culturais	2 245 000	354 571	0	2 599 571	2 165 975	83 %
3 2 4 6	Canal de televisão do Parlamento (Web TV)	9 000 000	0	0	9 000 000	8 992 000	100 %
3 2 4 7	Despesas ligadas à informação relativa ao debate sobre o futuro da Europa	0	0	0	0	0	—
3 2 4 8	Despesas de informação audiovisual	12 200 000	0	0	12 200 000	12 137 103	99 %
3 2 4 9	Intercâmbio de informações com os parlamentos nacionais	900 000	- 409 000	0	491 000	291 208	59 %
3 2 5	Despesas relativas aos Gabinetes de Informação	1 040 000	0	0	1 040 000	1 035 000	100 %
4 0 0	Despesas administrativas de funcionamento, actividades políticas e de informação dos grupos políticos e dos deputados não inscritos	53 750 000	0	0	53 750 000	53 355 142	99 %
4 0 2	Contribuição a favor dos partidos políticos europeus	14 075 000	0	0	14 075 000	13 954 330	99 %
4 0 3	Contribuições para as fundações políticas europeias	9 140 000	0	0	9 140 000	8 778 850	96 %
4 2 2 0	Assistência parlamentar	159 892 000	- 8 830 000	8 832 000	159 894 000	152 645 163	95 %

Artigo/Número	Designação	Dotações iniciais	Transferência	Orçamento rectificativo	Dotações finais	Autorizações	% utilização
4 2 2 2	Diferenças cambiais	250 000	630 000	0	880 000	773 678	88 %
4 4 0	Despesas de reuniões e outras actividades de antigos deputados	170 000	0	0	170 000	170 000	100 %
4 4 2	Custo das reuniões e outras actividades da Associação Parlamentar Europeia	140 000	0	0	140 000	140 000	100 %
Capítulo 10 0	Dotações provisionais	15 691 800	- 15 691 800	0	0	0	—
Capítulo 10 1	Reserva para imprevistos	10 000 000	- 9 800 000	0	200 000	0	—
Capítulo 10 3	Reserva para o alargamento	750 000	- 750 000	0	0	0	—
Capítulo 10 4	Reserva para a política de comunicação e de informação	0	0	0	0	0	—
Capítulo 10 5	Dotação provisional para os edifícios	15 000 000	- 11 000 000	- 4 000 000	0	0	—
Capítulo 10 6	Reserva para novos projectos prioritários em fase de desenvolvimento	5 000 000	- 5 000 000	0	0	0	—
Capítulo 10 8	Reserva EMAS	0	0	0	0	0	—
Total geral		1 607 363 235	0	9 397 164	1 616 760 399	1 552 290 272	96 %

Preço das assinaturas 2011 (sem IVA, portes para expedição normal incluídos)

Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	1 100 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, edição impressa + DVD anual	22 línguas oficiais da UE	1 200 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, série L, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	770 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, DVD mensal (cumulativo)	22 línguas oficiais da UE	400 EUR por ano
Suplemento do Jornal Oficial (série S), Adjudicações e Contratos Públicos, DVD, uma edição por semana	Multilingue: 23 línguas oficiais da UE	300 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, série C — Concursos	Língua(s) de acordo com o concurso	50 EUR por ano

O *Jornal Oficial da União Europeia*, publicado nas línguas oficiais da União Europeia, pode ser assinado em 22 versões linguísticas. Compreende as séries L (Legislação) e C (Comunicações e Informações).

Cada versão linguística constitui uma assinatura separada.

Por força do Regulamento (CE) n.º 920/2005 do Conselho, publicado no Jornal Oficial L 156 de 18 de Junho de 2005, nos termos do qual as instituições da União Europeia não estão temporariamente vinculadas à obrigação de redigir todos os seus actos em irlandês nem a proceder à sua publicação nessa língua, os Jornais Oficiais publicados em irlandês são comercializados à parte.

A assinatura do Suplemento do Jornal Oficial (série S — Adjudicações e Contratos Públicos) reúne a totalidade das 23 versões linguísticas oficiais num DVD multilingue único.

A pedido, a assinatura do *Jornal Oficial da União Europeia* dá direito à recepção dos diversos anexos do Jornal Oficial. Os assinantes são avisados da publicação dos anexos através de um «Aviso ao leitor» inserido no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Vendas e assinaturas

As subscrições de diversas publicações periódicas pagas, como a subscrição do *Jornal Oficial da União Europeia*, estão disponíveis através da nossa rede de distribuidores comerciais, cuja lista está disponível na internet no seguinte endereço:

http://publications.europa.eu/others/agents/index_pt.htm

EUR-Lex (<http://eur-lex.europa.eu>) oferece acesso directo e gratuito ao direito da União Europeia. Este sítio permite consultar o *Jornal Oficial da União Europeia* e inclui igualmente os tratados, a legislação, a jurisprudência e os actos preparatórios da legislação.

Para mais informações sobre a União Europeia, consultar: <http://europa.eu>

